UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS ORIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA, LITERATURA E CULTURA
JAPONESA

ALFREDO JORGE HESSE GARCIA NETO

**NIKKEIS NA AMAZÔNIA PARAENSE : DISCURSOS NA IMPRENSA
(1953- 1959)**

São Paulo
2018

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS ORIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA, LITERATURA, E CULTURA
JAPONESA

Nikkeis na Amazônia Paraense : Discursos na imprensa (1953-1959)

Alfredo Jorge Hesse Garcia Neto

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Língua, Literatura e Cultura
japonesa do Departamento de
Letras Orientais da Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, para a
obtenção do título de Mestre .

Orientador: Prof. Dr. Shozo Motoyama

São Paulo
2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação Serviço de
Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Garcia Neto, Alfredo Jorge Hesse
G469n Nikkeis na Amazônia Paraense : Discursos na
imprensa (1953- 1959) / Alfredo Jorge Hesse Garcia
Neto ; orientador Shozo Motoyama. - São Paulo, 2018.
122 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Letras Orientais. Área de
concentração: Língua, Literatura e Cultura Japonesa.

1. Imigração Japonesa. 2. Amazônia. 3. Análise de
Discurso. 4. Nikkeis. 5. Representações Sociais. I.
Motoyama, Shozo, orient. II. Título.

Para Shozo Motoyama, um sensei e exemplo de pesquisador e historiador

Agradecimentos

Mais do que nenhum outro trabalho que estive envolvido, este é um projeto que nunca teria sido possível de ser levado à conclusão sem a contribuição de uma miríade de pessoas, algumas pelo lado profissional, outra pelo lado mais pessoal. O que segue abaixo são alguns dos muitos nomes que me ajudaram a levar a cabo este projeto de anos de estudo; caso eu não tenha posto algum nome, peço imensas desculpas, e garanto que a falha foi menos de consideração e mais do espção ser tão pouco para uma gratidão tão grande.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer meus pais Joaquim Alfredo Guimarães Garcia, Gleice Ane Correa Garcia, e meus irmãos Glenda da Silva Corrêa e Frederick Charles Hesse Corrêa Garcia: por todo o apoio que tem me dado desde o começo de minha vida acadêmica e profissional. muito obrigado pelo amor, apoio, companheirismo e suporte nas horas que mais precisei. Toda vitória que eu tiver na vida vai ser sempre com uma lembrança na minha mente e no meu coração de vocês.

Agradeço também minha esposa Aline Aparecida da Silva, companheira forte e constante em minha vida desde 2016. Posso dizer sem qualquer sombra de dúvida que este trbaalho jamais estaria pronto sem seu carinho amigo, compreensão das noites em claro, e suporte para os momentos de angústia. Obrigado, meu amor, por tudo que conseguimos juntos, e que ainda vamos conseguir nesta vida.

Agradeço ao professor Shozo Motoyama, muito mais que um orientador, um verdadeiro mestre. Pela sua paciência com um rapaz sem experiência no meio da pós-graduação, pelos seus ensinamentos, pelo seu apoio nas horas mais difíceis da vida ao redor da realização da dissertação, por acreditar desde o começo na realização deste projeto... há muito a agradecer e há uma dívida eterna , de âmbito acadêmico e pessoal, para com este mestre. Sensei, doumo arigatou gozaimasu!

Agradeço também aos senhores Kenji Matsuzaka e Daichi Hoshi, do Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, pelo suporte acadêmico e indicação de

leituras na realização deste projeto; à professora Marilda Nagamini, por ter me auxiliado e orientado no momento da qualificação no mestrado; à professora Daniela Guertzenstein e professora Maria Helena Rolim Capelato, por terem aberto minha mente para as possibilidades que o projeto de mestrado apresentava à mim; e em memória da saudosa professora Ecléa Bosi, que tive a honra de conhecer e ser seu aluno, e que me ensinou coisas que eu estou certo que carregarei para o resto da minha vida como pesquisador. A todos, muito obrigado, e que Deus (ou a Força Superior qualquer que vocês creiam) os abençoe da forma como tem abençoado minha vida.

Resumo

Garcia Neto, Alfredo Jorge Hesse Nikkeis na Amazônia Paraense : Discursos na imprensa (1953- 1959) / Alfredo Jorge Hesse Garcia Neto ; orientador Shozo Motoyama. - São Paulo, 2018. 120 f. .

Este trabalho pretende apresentar a situação dos imigrantes japoneses e seus descendentes na região amazônica, durante a década de 50, particularmente no Estado do Pará, onde houve maiores reflexos (positivos e negativos) de sua presença. Pretende-se assim, iniciar um debate sobre o impacto desses nikkeys tanto na região quanto no Brasil como um todo, e entender a profundidade destas influências nos âmbitos econômicos, políticos e sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Imigração Japonesa; Juta; Pimenta-do-Reino; Nikkeys; Amazônia

.

Abstract

Garcia Neto, Alfredo Jorge Hesse Nikkeis na Amazônia Paraense :
Discursos na imprensa (1953- 1959) / Alfredo Jorge Hesse Garcia Neto ;
orientador Shozo Motoyama. - São Paulo, 2018. 120 f.

This article intends to present the situation of Japanese immigrants and their descendants in the Amazon region during the 1950s, particularly in the states of Amazonas and Pará, where there were more positive and negative effects of their presence. The aim is to begin a debate about the impact of these nikkeys in the region as well as in Brazil as a whole, and to understand the depth of these influences in the economic, political and social spheres.

KEY WORDS: Japanese Immigration; Jute; Black pepper; Nikkeis; Amazonia

Sumário

Parte 1: Introdução.....	07
1.1- Plano de Abordagem.....	07
1.2- As fontes: Mídia Impressa Amazônica.....	15
1.3 – Panorama dos estudos de imigração.....	26
1.3.1 - Histórico Geral dos Estudos de Migração	27
Parte 2 : Imigração Japonesa na Amazônia.....	32
2.1 – A Amazônia nos Anos 50: um apanhado geral.....	34
2.2 - A SPVEA e as ideias para o desenvolvimento na Amazônia.....	38
2.3 – Nikkeis na Amazônia: Guerra e Pós-Guerra	
2.3.1 – A juta e os nikkeis nos anos 50	54
2.3.2 – A pimenta-do-reino e os nikkeis nos anos 50	56
Parte 3: Análise dos Jornais.....	60
3.1 - Análise geral dos jornais coletados.....	65
3.2 – Análise Detalhada dos discursos nos jornais coletados.....	68
3.2.1 – 1952 a 1953.....	72
3.2.2 – 1954	79
3.3.3 - 1959	92
4 – Conclusão.....	95

Introdução

1.1- Plano de abordagem

O presente trabalho nasceu da necessidade de se compreender uma mudança de paradigmas e os mecanismos para esta mudança ter ocorrido. Por certo, diversas vezes na relação com o outro, surgem sentimentos de preconceito, racismo e discriminação. Não se podem negar as diferenças físicas entre os brasileiros de outras etnias e os descendentes de japoneses, e de fato essa diferença física não passa despercebida, mesmo nos dias de hoje, pela sociedade em geral (BRISTIQUI YABIKU e FERREIRA SALES, 2007). De fato, Eysenck afirma que todos nós temos imagens mentais de certos grupos de pessoas e isso nos leva a atribuir a esses grupos certas características específicas, os assim chamados estereótipos (EYSENCK, 1978). E em relação aos japoneses, principalmente nos períodos imediatamente anteriores e durante o grande conflito internacional que foi a Segunda Guerra Mundial, a desconfiança da sociedade brasileira como um todo era flagrante, e a imagem mental do japonês (mesma imagem que se tinha de todos os imigrantes vindos de países do Eixo, diga-se) era a de um indivíduo que poderia trair o Brasil a qualquer momento, seja com espionagem, seja agindo diretamente no processo de invasão. A esse respeito, diz-nos Takeuchi:

Difundia-se a tese segundo a qual o que acontecera na Manchúria poderia ocorrer no nosso país com as supostas ações do Japão, através de agentes militares infiltrados nas colônias disfarçados de simples lavradores ou pescadores. Logo, os núcleos coloniais deveriam ser controlados, assim como os movimentos de seus habitantes. Cabia ao exército e à polícia política executar essa tarefa, ou seja, desarticular a conspiração japonesa. (TAKEUCHI, 2008)

No entanto, sobre os imigrantes japoneses na Amazônia pós- Segunda Guerra Mundial, Alfredo Homma nos diz o seguinte:

Os imigrantes japoneses na Amazônia e seus descendentes foram **absorvidos** pela sociedade brasileira sem os incidentes descritos por Fernando Moraes em *Corações Sujos*. A pátria para os imigrantes japoneses passou a ser o novo clima, o local onde nasceram seus filhos e do descanso eterno, [fatores] com os quais acabou se adaptando, mesmo quando se revelaram adversos, e também valores abstratos representados pelas tradições, história, espírito e costumes desse novo local (HOMMA, 2001).

No livro *Corações Sujos* citado acima, é apresentada uma passagem conturbada e violenta da dita assimilação dos imigrantes japoneses na sociedade brasileira, num momento imediatamente após o conflito mundial. Na Amazônia, como se vê, as coisas foram radicalmente diferentes. De fato, embora não esteja de forma alguma diminuindo o sofrimento daqueles que tiveram que reconstruir suas vidas após o arraso de suas casas e plantações no pós-guerra, pode-se dizer, tal qual afirmou Homma, que a assimilação foi bastante pacífica, mesmo antes da guerra. A ideia do Japão ter perdido ou ganhado a guerra não afetou em demasiado o cotidiano do imigrante japonês na Amazônia, e com o passar do tempo, pouco a pouco a sociedade foi retomando o diálogo e convívio pacífico com estes imigrantes, tomando-os mesmo como exemplos de presteza e esforço no trabalho.

Quais as diferenças básicas entre o processo entre a Amazônia e o resto do Brasil, no que se refere a estes imigrantes? Haverá como fator de influência na reconstrução rápida da imagem social do imigrante japonês, o sucesso da Pimenta-do-Reino e da Juta? Sendo assim, quais foram os passos desta reabilitação social dos japoneses de inimigos do Estado a literalmente, salvadores do mesmo? São estas as questões que este projeto pretende responder.

A alteração da postura dos jornais em como eram considerados os japoneses, foi algo que me pareceu bastante interessante de se analisar. Mas,

além disso, a própria imagem que esta imprensa pensava em atribuir aos nikkeis amazônidas, em um momento onde evidentemente estes estavam retomando seus movimentos migratórios ao Brasil (e de fato, reiniciavam-no justamente pela Amazônia), é algo que levanta o interesse de um observador atento, por motivos que exporemos a seguir.

Em primeiro lugar, ao analisarmos mais à frente os jornais, veremos que há uma forte tendência em se igualar os imigrantes japoneses a um modelo de povo trabalhador e esforçado, uma grande demonstração do tipo de indivíduo que estaria apto a desbravar as terras da Amazônia e fazer render a mesma. Essa construção da mídia é bastante interessante, dado que o posicionamento desta imprensa é efetivamente o completo oposto do que se propunham a divulgar em pouco tempo atrás, durante o período da Segunda Guerra Mundial. Mesmo se considerarmos que o período bélico pode ter radicalizado alguns posicionamentos dentro da sociedade, e portanto afetado as representações dentro dos impressos, é notável que o posicionamento geral seja não o de somente redimir a figura do nikkei na Amazônia, mas de reconstruir a mesma de tal forma que o imigrante japonês e seus descendentes apresentem-se como indivíduos notáveis e dignos de respeito e admiração pelos seus esforços e conquistas. Não se trata aqui de desmerecer quaisquer esforços feitos pela comunidade nikkei na Amazônia; contudo, a mudança completa de discursos presente aqui não pode ser ignorada ou diminuída.

Esta percepção do imigrante japonês e de seus descendentes não é, na verdade, algo novo dentro da imprensa amazônica. Durante o primeiro momento da imigração japonesa, houve muitas matérias ressaltando este mesmo caráter mais “esforçado” do imigrante japonês. Durante as discussões sobre a validade de se permitir ou não a entrada dos japoneses no Brasil quando se estava buscando uma espécie de valorização da sociedade brasileira através de um branqueamento racial, um dos principais argumentos a favor disto seguiu um rumo de avanços econômicos possíveis com estes grupo migratório. A ideia de um povo japonês ordeiro, obedien-

te, organizado e econômico foi algo que favoreceu os argumentos para a entrada desse povo no Brasil (DEZEM, 2005), bem como uma suposta semelhança com o Brasil no sentido do Japão ser também, fruto da mistura de três raças, no caso os brancos, (ainu) os amarelos (mongóis) e os negros (melanésios) (NUCCI, 2000).

Isso quer dizer, portanto, que o surgimento da imagem social do nikkei como um “imigrante modelo” no momento pós-guerra não é algo inexplicável, e nem sequer é realmente uma novidade: Temos estes antecedentes dentro da própria imprensa sendo analisada neste trabalho, e nos discursos oficiais dos representantes políticos da sociedade brasileira. Além disso, há também alguns interesses em se manter os nipo-brasileiros em boas graças com a região, tendo-se em vista o sucesso estrondoso da pimenta-do-reino em Tomé-Açu, logo após a Guerra; e a possibilidade do retorno de um lucro estrondoso com a Juta no Amazonas, produto este que já havia demonstrado bastante potencial nos anos imediatamente anteriores à Segunda Guerra. Ou seja, motivos de ordem prática haviam. Mas por que de uma maneira tão exacerbada, num momento tão próximo de um conflito com o país original destes imigrante? É o que tentaremos entender neste trabalho.

A guisa de uma análise prévia e de uma espécie de apanhado geral consideremos o seguinte ponto: há uma espécie de criação (ou mesmo, **imposição**) de uma imagem positiva dos nikkeis, por parte da sociedade brasileira não-nikkei. Esta imagem, embora conforme dissemos antes tenha antecedentes no período pré-guerra, tem uma demonstração muito mais ativa no momento pós-guerra, particularmente na região amazônica. Os motivos desta atribuição exacerbada de uma imagem positiva podem ser muitos, e não nos parece possível definir por certo qual foi o principal, embora haja bastantes indícios apontando para um fator econômico por trás destes posicionamentos: falaremos mais disso no momento apropriado.

Em relação às análises sobre o funcionamento desta imposição e possíveis formas de funcionamento da mesma, creio que seja possível falar um pouco mais neste espaço. Em particular, creio que seja interessante mencionarmos o conceito de PMS, e em como ele se encaixaria na nossa análise nesta pesquisa.

De acordo com Camila Aya Ischida, o conceito de PMS (ou "Positive Minority Status") é algo introduzido inicialmente pelo professor Takeyuki Tsuda, referindo-se justamente aos nipo-brasileiros. Este conceito implica em entender os nikkeis como uma espécie de "minorias modelo", isto é, como uma espécie de povo que funcionaria como uma prévia do que se espera de um Brasil futuro (Ischida, 2010). De fato, essa é uma ideia muito presente em muitos escritos de intelectuais nipo-brasileiros: a mensagem principal é a de que os japoneses e seus descendentes teriam como responsabilidade, "ajudar" a população brasileira a superar seus defeitos, e por conseguinte adotar uma postura mais "nipônica" em relação a determinados obstáculos e problemáticos dentro do país (TSUDA, 2000).

Por sua parte, a sociedade brasileira acaba também abraçando esta postura dos japoneses serem melhores e mais bem-sucedidos que os próprios nativos em si, ao menos sob certo ponto de vista. Esta compreensão dos nipônicos como mais capazes em alguns aspectos é em geral feita em detrimento dos membros da sociedade receptora, e não em comparação com outros grupos de imigrantes. Isso pode ser contestado no caso da Amazônia, conforme veremos a seguir; mas mesmo assim, se considerarmos o ponto de vista do Estado em cima da Amazônia, onde muitas vezes as populações locais (os "caboclos" e "ribeirinhos") são largamente ignorados e o espaço é considerado amplamente despovoado, esse detrimento torna-se ainda mais perceptível, e de fato acaba comprovado. O PMS é ressaltado e reforçado na Amazônia pelo sucesso econômico dos nikkeis.

Um outro conceito associado a este é a questão do "ethnic business", destacado por Giralda Seyferth em seu "A dimensão cultural da imigração". Embora a autora esteja usando, neste texto, o caso da imigra-

ção alemã e suas percepções ao sul do Brasil, é possível enxergar bastante o desenvolvimento de alguns dos pareceres expostos pela professora Seyferth, dentro do caso dos nikkeis no momento histórico analisado. A ideia do indivíduo ser considerado automaticamente apto a uma determinada atividade, por sua identificação correta ou não de participação dentro de um grupo étnico específico, é algo bastante presente no identificar dos nikkeis na Amazônia, conforme veremos em breve.

Ainda a esse respeito, voltamos à camila Ischida, que afirma em sua tese de doutorado que há uma associação **direta** da imagem do nipo-brasileiro com a do japonês nativo em si, e que isso portanto afeta a percepção dos nikkeis; de fato, isso é bastante perceptível nos anos sessenta e setenta, quando o Japão experimentou um período de bonança econômica. Ao mesmo tempo, é possível perceber um aumento da visão dos brasileiros em relação aos nipo-brasileiros; o quanto isso se aplicaria aos nikkeis da década de cinquenta é algo que tentaremos demonstrar nas páginas seguintes.

Uma breve nota, antes de seguirmos e explicarmos melhor a metodologia de análise dos jornais utilizados neste trabalho, acerca das imagens construídas acerca dos imigrantes japoneses, e das análises possíveis de serem realizadas a respeito. Neste momento, quisera falar do conceito de Cornelius Castoriadis acerca do imaginário nas sociedades: acredita-se que esta será uma boa ponte para entendermos como a análise dos jornais nos ajudará a entender a representação dos nikkeis dentro da sociedade amazônica.

A obra de Castoriadis apresenta uma concepção do social e do histórico fundamentada na ideia da criação de novas formas de organização da sociedade. A atividade humana vista como criação e autotransformação da sociedade no tempo, o histórico pensado enquanto criação humana instituindo o social são seus temas nucleares (MEIRA, 2010). Diz Castoriadis que há um imaginário interno a uma sociedade, que se põe a analisar e representar a si mesmos e a outrem. Desta forma, dentro da própria so-

ciedade há micro-representações dos grupos internos que formam esta sociedade, com suas ações, planos e perspectivas (como é de se esperar), e todas estas ações são interpretadas não como se demonstram em si, mas a partir da lente que a maioria desta dita sociedade entende este grupo. Esta visão, por sua vez, ampara-se em eventos sociais e históricos, que ao acumular-se durante os tempos, criam toda uma interpretação, que Castoriadis chama de “categorização social”, justamente o paradigma de compreensão de determinadas ações do grupo em questão. Nesse sentido, diz-nos Coin de Carvalho:

Os grupos sociais categorias, ainda que tenham dimensão concreta — seja em termos de organização, duração, tamanho e objetivos — têm como fundamento para sua existência, justamente, seu reconhecimento social. E através deste reconhecimento por outros grupos numa determinada sociedade que o grupo fornecerá uma identidade aos indivíduos que o compõem e que, como já fora indicado por autores como Tajfel e Doise, tem mais do que apenas uma função discriminativa, mas é um elemento decisivo para a explicação do comportamento efetivo dos indivíduos a partir dos nomes que utilizamos para esta caracterização. Não há dúvidas do quanta em nossa sociedade a categorização social, baseada quase exclusivamente na imagem dos indivíduos, é responsável pelo comportamento, mais ou menos discriminatório, — quando não excludente — que temos uns em relação aos outros. (COIN DE CARVALHO, 2002)

Como vemos, não se trata de uma discussão teórica ligada diretamente ao caso dos nikkeis no Brasil, ao menos à primeira vista. Contudo, é possível perceber como podemos usar estes conceitos com o caso nipo-brasileiro, ainda mais se considerarmos o nosso objetivo de entender a visão da sociedade maior em relação a este grupo estudado. Este uso das teorias de Castoriadis no caso em questão fica particularmente evidente quando consideramos outros fatores teóricos que expusemos, seja sobre a construção de uma imagem dos imigrantes e de seus descendentes, se-

jam as vantagens que foram criadas ou postas em favor dos nikkeis. Acrescentamos aqui, as colocações de Gordon H. Chang, quando ele diz, em relação ao caso nipo-americanos, que sua visão como “minorias-modelo” tem a ver com a ética do trabalho, o respeito pelos idosos e a alta valorização da família e dos idosos presentes em sua cultura. Tal rótulo unidimensionalizaria este grupo como tendo apenas traços baseados em estereótipos e nenhuma outra qualidade humana, como liderança vocal, emoções negativas (raiva ou tristeza), atividades sociopolíticas, etc. (CHANG, 2002).

Neste momento, resta-nos considerar: como seria possível uma verificação destas construções de imagem? Aonde poderíamos ver comprovados estes rumos de pensamento dentro da sociedade brasileira e, particularmente, na sociedade amazônica? Quais as fontes que ajudariam neste processo da investigação de construções sociais?

Acreditamos que uma resposta e alternativa interessante pode ser a análise da mídia impressa, dentro do recorte de tempo proposto. Desta forma, observaremos nas páginas seguintes, as abordagens que utilizaremos para explorar melhor estas questões. Primeiramente, mencionaremos quais jornais serão utilizados e em que período; em seguida, iremos discutir quais as visões acadêmicas sobre o uso da mídia impressa em questões de migração, e de como estas visões encaixam-se na análise que será feita nesta pesquisa.

Este trabalho de dissertação apresenta como seu principal arcabouço de fontes, as notícias publicadas nos jornais amazônicos na década de cinquenta, com um foco na cidade de Belém do Pará. Esta escolha de fontes e local, deu-se por uma série de motivos, que explicaremos a seguir.

Primeiramente, o local: é sabido que os dois principais eixos de imigração japonesa na Amazônia giravam em torno de duas capitais: Manaus e Belém. Dizemos “em torno”, porque a localização dos imigrantes era mais ao interior dos estados destas capitais, embora houvesse decididamente uma ligação entre as concentrações urbanas e estas colônias, nem

que fosse por uma questão de influências. Além disso, os principais jornais destas regiões circulam quase que exclusivamente nestas duas cidades, tornando assim a escolha dos lugares algo bastante simples, considerando-se este fatores.

Agora, a escolha dos jornais como fontes principais deste trabalho. Por certo, entende-se o quanto é um risco, de certa forma, o uso de uma fonte tão controversa quanto a mídia impressa. De fato, até bem recentemente, este tipo de material não era devidamente entendido como uma boa fonte para pesquisas, sendo-lhe relegado o mero papel de confirmar o que fora averiguado em outros documentos investigados, devido ao que foi considerado como fontes de estudo para pesquisas em história de caráter subjetivo e muitas vezes manipulativo e coercivo em seus discursos(LUCA 2005) .

Este pensamento tem sido, felizmente, alterado com o passar do tempo, e hoje é possível fazer uma análise bastante apurada deste tipo de fonte em relação a um determinado rumo de pesquisas. Na verdade, uma das principais preocupações de historiadores anteriormente, em relação a esta fonte, acabou por tornar-se um dos elementos mais estudados quando lidamos com este material :Trata-se da inexatidão nas notícias, advinda da adoção de uma agenda política por parte destas publicações. Como esta é uma característica que acabou sendo um dos próprios pilares desta pesquisa, falaremos mais disso adiante; por hora, basta saber que o próprio discurso enviesado é o objeto de nossa análise neste trabalho.

1.2 - As Fontes: Mídia Impressa Amazônica

Ao fim e ao cabo, os jornais foram escolhidos por serem considerados o melhor indício de uma ideia geral do pensamento da sociedade do tempo escolhido e da região em si, acerca dos nikkeis vivendo ali. Evidentemente, como dito antes, é sempre importante considerar que os jornais não só representam um “termômetro” do pensamento da comunidade, como também são eles mesmos

influenciadores do pensamento desta mesma comunidade na direção de um raciocínio específico. Fairclough, em seu artigo “Análise Crítica do Discurso (ACD) como método em pesquisa social científica”, nos fala alguns pontos interessantes a respeito das semioses em discursos e outros elementos das práticas sociais. De particular interesse para nossa análise aqui, é sua percepção de como a mídia consegue disseminar e influenciar discursos de uma determinada sociedade. Embora Fairclough tenha demonstrado mais ativamente o uso de sua análise com discursos políticos e suas análises dos mesmos, acreditamos que seja possível ver como se encaminham esta mesma metodologia com os discursos já citados acima, bem como com as construções de imagem que falamos.

De fato, o caminho de análise relacionando ACD – imigração japonesa já foi devidamente traçado no trabalho de Luíza Hiroko Yamada Kuwae. Em sua tese de doutorado, intitulada “Cem anos de imigração japonesa: a construção midiática da identidade do imigrante japonês”, a autora trabalha bastante com as representações na mídia impressa destes imigrantes japoneses. Embora seu trabalho foque-se no período pré e durante a Segunda Guerra Mundial, as análises propostas para compreender os discursos nos jornais, valendo-se das teorias de Fairclough, são absolutamente aplicáveis ao nosso caso envolvendo mídia amazônica. Por exemplo, a dinâmica de Fairclough em representação, construção de relações e construção de identidade, é uma boa maneira de separarmos e analisarmos as notícias que serão expostas na terceira parte deste nosso trabalho.

Sob um ponto de vista um pouco mais teórico, a compreensão de Fairclough acerca dos eventos sociais versus as práticas sociais, onde determinadas formas de ação dentro de uma sociedade podem e são moldados por práticas internas desta mesma sociedade, pode ser algo interessante para entender alguns aspectos da realidade amazônica; grosso modo, certos eventos históricos em uma dada sociedade só se tornam mais viáveis a partir de um momento em que determinadas

práticas por parte da sociedade, que representam um tipo de pensamento ou posicionamento desta mesma sociedade, são colocadas em ação. No caso de Kuwae, estas práticas relacionavam-se ao posicionamento da sociedade brasileira em relação aos imigrantes japoneses nos anos 40; nossa abordagem será com a mesma temática, mas num recorte histórico bastante diverso. A prática social que analisaremos, novamente tomando Fairclough como parâmetro, será a análise dos discursos nos jornais, dado que o autor sendo usado como base teórica considerava o próprio discurso, em suas variadas formas, como uma prática social em si, em relação também a todas suas definições anteriores do poder da mídia impressa (FAIRCLOUGH, 2005).

Ainda assim, é necessário entender um outro aspecto destas fontes, se quisermos realmente compreender a fundo o valor das mesmas para o projeto em questão, e isso é qual o real papel das notícias dentro da sociedade como um todo. Já apontamos neste nosso trabalho tanto as fontes como influenciadoras dos rumos de pensamento da sociedade em geral, quanto como um termômetro desta mesma sociedade e de seus posicionamentos frente a um determinado grupo diferente dos demais.

A verdade, como sempre, é mais complexa do que uma definição pode abarcar. Mas cremos ser possível encontrar um bom meio termo para estes dois pontos. Para tanto, precisamos voltar-nos para os escritos de mais uma pesquisadora: trata-se de Neyla Pardo Abril. Esta pesquisadora entende os meios de comunicação (e portanto, a mídia impressa por tabela), como “portadores da cultura e encarnação da identidade coletiva” (KUWAE, 2013). A autora segue expondo, então, 3 pontos de destaque do papel dos meios de comunicação dentro de uma sociedade. São eles:

- dar suporte às aspirações das identidades sociais por meio do controle e da coesão, com o desenvolvimento da identidade social, do sentido de pertencimento, do realce de alguns atributos compartilhados (lugar, língua e cultura), da formação de um sentido de exclusividade, da criação de símbolos no marco de seu lugar de representação;

- permitir aos meios servir de extensão simbólica da simpatia pelos indivíduos e grupos em relação a seus problemas, incluídos desastres e injustiças, de tal forma que acentuem a identidade comum. Assim, as experiências individuais e locais se conectam com as experiências grupais e globais;

- promover atitudes pró-sociais com o exemplo que reconheçam valores sociais positivos, ilustram uma boa conduta, demonstram preocupação pelos demais e compromisso com a comunidade. (PARDO ABRIL, 2009)

Longe de eximir a mídia de um papel influenciador, mas também nunca pondo totalmente o peso dos rumos de uma construção social totalmente nos ombros dos jornais, a autora propõe, antes, uma espécie de relação simbiótica entre os pensamentos da sociedade (dentro de um determinado recorte histórico), e os discursos expostos nos jornais em si. Nisso, podemos ver perfeitamente uma ponte com a ideia do conceito de “agenda setting”, embora talvez com uma ênfase um pouco maior no controle, por parte da mídia, dos discursos em voga

O que vem a ser esse “agenda setting”? De acordo com Barros Filho, este conceito é relativo à capacidade da mídia em “determinar os temas sobre os quais o público falará e discutirá”(BARROS FILHO, 2001). Ao mesmo tempo, é salutar entender que estes assuntos não são, em verdade, criados pela mídia, num esforço de empurrar um determinado tipo de pensamento para a sociedade da qual fez parte; antes, a mídia impressa lida com os assuntos que estão em voga na mentalidade própria desta sociedade. Neste sentido, os jornais são menos controladores do pensar de uma determinada sociedade, e mais manipuladores da sociedade em direção a um tipo de pensamento específico. Toda a demonstração de opinião do público a respeito de um assunto em foco é assim originada diretamente do próprio público, embora os jornais, nesse caso, possam realmente tentar indicar um determinado tipo de conclusão

em relação ao assunto posto em pauta.

Em relação a isto, é afirmado que há uma espécie de equilíbrio entre a agenda da mídia e a agenda pública, onde um conseguiria influenciar o outro de maneiras quase paralelas, estabelecendo para si os rumos desta “agenda setting”. De acordo com Andrea Folger e Maria Cristina Dadalto, “A agenda pública exerce influência sobre a Agenda da mídia de forma gradual, viabilizando o surgimento dos critérios de noticiabilidade, enquanto o poder da agenda da mídia sobre a agenda pública se estabelece de forma imediata, especialmente no que se refere à discussão de assuntos sobre os quais o público não possui uma experiência direta.” (FOLGER, DADALTO, 2010).

Creio que isso justifica bem a escolha das fontes serem os jornais, para o avanço desta pesquisa de mestrado. Falaremos mais tarde um pouco dos jornais em si, escolhidos para estas análises; no momento, falaremos mais das formas metodológicas diretas que faremos para analisar metodologicamente estas fontes.

Em relação à metodologia de análise em si deste trabalho, temos como principal norteador de nossos esforços, o trabalho de Tania Regina de Luca, tal como exposto em seu artigo “História dos, nos e por meio dos periódicos”, publicado no livro “Fontes Históricas”. No texto, a autora demonstra uma série de avanços e mudanças de paradigma dentro dos conceitos de pesquisa e uso de fontes impressas enquanto documentos históricos, além de mostrar uma série de reflexões dentro dos próprios tipos de mídias impressa possíveis de serem encontrados em uma determinada pesquisa. Em particular, concordamos com a professora Tânia, ao destacar a importância de se analisar a fonte num contexto conectado ao momento histórico onde a mesma foi produzida, visto que “o conteúdo em si [dos impressos] não pode ser dissociado do lugar ocupado pela publicação na História da Imprensa” (LUCA, 2006) .

Também concordamos com as ideias de Maria Helena Rolim Capelato, quando ela afirma que os jornais são “fonte de sua própria

história e das situações mais diversas; meio de expressão de ideias e depósito de cultura. Neles encontramos dados sobre a sociedade, seus usos e costumes, informes sobre questões econômicas e políticas.” (CAPELATO, 1988,) .

Nesse sentido, os argumentos das duas autoras perpassam nossos argumentos teóricos de análise destas fontes, tal qual expusemos anteriormente; e serão estes os tipos de dados que nos focaremos em procurar dentro dos quatro periódicos mencionados. Assim, para poder explorar bem estas informações, analisaremos uma a uma as notícias encontradas nos impressos, não sem antes entendermos bem qual o contexto histórico das notícias. Para este fim, reservamos um capítulo inteiro desta dissertação para contextualizarmos historicamente as fontes, enquanto um outro será dedicado especialmente para as análises dos jornais.

Na questão prática das análises, o que se buscará mais fortemente nestas notícias serão indícios da forma como eram tratados os imigrantes japoneses, suas colônias e seus produtos, diretamente. No Brasil e na Amazônia especificamente, o processo migratório nipônico ocorreu com valores intrinsecamente ligados à produção agrícola deste povo; mesmo a já mencionada identidade positiva destes imigrantes, surgiu tendo como base o trabalho agrícola dos nikkeis. Portanto, menções nos jornais sobre os produtos ligados diretamente aos japoneses (e incluímos aqui pimentado-reino, juta, ou vegetais em geral) serão também consideradas em nossa análise.

Outra coisa a ser buscada nestas análises serão artigos que se propõe a apresentar o nikkei como um exemplo, isto é, artigos que “glorifiquem” a imagem do imigrante japonês e de seus descendentes na Amazônia dos anos 50. A partir do momento que estamos buscando entender de como a mídia de uma região pode mudar completamente seu discurso de uma postura agressiva para algo no mínimo afável com o grupo anteriormente rechaçado, é bem interessante demonstrar essa

“nova” admiração demonstrada nos artigos coletados.

A mudança do posicionamento da sociedade brasileira em relação ao imigrante japonês no Brasil, longe de ser uma novidade do período Pós Segunda Guerra Mundial, é ao contrário uma constante durante todo o processo, desde mesmo a concepção teórica destas migrações. Havia inicialmente no Brasil um movimento contrário à imigração nipônica, em parte por considerarem este povo “um perigo que oferece de maior mistura de raças inferiores na nossa população”, nas palavras do próprio ministro plenipotenciário do Brasil em Tóquio, Manuel de Oliveira Lima¹; essa opinião tinha muito a ver com a questão da política de branqueamento racial que aconteceu no Brasil nos primórdios dos movimentos migratórios, onde a imigração não era considerada somente um meio de suprir a mão de obra necessária na lavoura, ou de colonizar o território nacional coberto por matas virgens, mas também com meio de “melhorar” a população brasileira pelo aumento da quantidade de europeus.

Os favoráveis ao início da imigração japonesa argumentavam que esta seria interessante para suprir de braços as plantações brasileiras, principalmente, na época, os cafezais. Estes necessitavam de pessoal para a lavoura desde o fim da escravidão, e viram na imigração a saída para seus problemas. Inicialmente optando por italianos, os grandes produtores logo necessitaram de alternativa, dada a restrição da vinda de novos contingentes de imigrantes por parte do governo da Itália³. Além disso, a própria posição do Japão como única potência não-européia da época já implicaria na sua superioridade racial, na visão dos pró-nipônicos; os japoneses eram assim também vistos como candidatos ideais à miscigenação com a sociedade brasileira, quiçá reproduzindo no Brasil os níveis de produção da crescente indústria japonesa⁴. Juntando-se a estes posicionamentos positivos, houve várias tentativas de tornar o japonês um quase-brasileiro, quando não uma espécie de pré-brasileiro propriamente dito; O linguista japonês Nonami afirmava, no limiar da

imigração nipônica à Amazônia, que os dialetos indígenas falados na região da fronteira entre o Brasil e a Bolívia tinham relação com o japonês.

Como no resto do país, também na Amazônia a imigração japonesa passou por turbulentas discussões em seu momento imediatamente anterior, particularmente por parte da imprensa paraense. Os que se punham contra o movimento migratório, denominados “amarellophobos”, temiam a imigração por considerarem perniciosa a presença japonesa na Amazônia, porque esta afetaria “o porvir da nacionalidade e o seu desenvolvimento cultural e etnográfico”⁶, além de considerarem o próprio processo de imigração como uma espécie de invasão por parte dos japoneses ao Brasil em geral e à Amazônia em particular, repetindo o já citado argumento ligado à política de branqueamento racial, muito utilizado quando do início da migração nipônica, em 1908. Contra este argumento havia a crença na capacidade nipônica de não só povoar a região, como também em despertar o potencial econômico adormecido dali, tal qual havia sido feito em São Paulo. Sobre isso, diz o jornalista e cronista W.Niemayer em seu artigo no jornal Folha do Norte, de 28 de maio de 1926: “Oxalá se inicie para estas terras hospitaleiras e ferazes (sic) a corrente japonesa, porque seus resultados não poderão ser diferentes dos que foram e estão sendo proveitosamente registrados no sul do país”.

Como se vê, mesmo no processo inicial das imigrações nipônicas, a mudança da figura do imigrante japonês dentro da sociedade brasileira era frequente, de possível traidor (na velha ideia do “Perigo Amarelo”) a exemplos de trabalhadores natos, tudo era possível de se esperar dos nikkeis; pelo menos era essa a compreensão brasileira do grupo. Entretanto, apesar de termos as opiniões positivas bem documentadas, é importante lembrar que os detratores da imigração japonesa nunca estiveram plenamente derrotados em suas convicções; de fato, em 1934, houve uma tentativa através da Lei de Cotas de imigração de se limitar ou

mesmo eliminar por completo a vinda de estrangeiros “amarelos ou pretos”, sendo encaixado no primeiro grupo os japoneses como principal grupo migratório. Tamanha era a rejeição ao grupo de japoneses no Brasil que Miguel Paiva discursava em plena Câmara acerca da diferença eugênica superiora de “indo-europeus” em oposição aos amarelos e negros. Desta maneira, não é de se admirar que um momento histórico mais exaltado trouxesse à tona na sociedade brasileira sentimentos mais xenófobos contra os nipônicos, e de fato foi o que aconteceu, com o Estado realizando ações mais graves refletindo estes sentimentos, a partir de meados da Segunda Guerra Mundial.

Estas medidas, a grosso modo, não eram nenhuma novidade: na verdade, já haviam sido decididas muito antes, quando ainda das primeiras polêmicas em relação ao “perigo amarelo”; a lei de proibição do ensino de língua japonesa em escolas infantis, por exemplo, datava de 1933, nove anos antes do rompimento de relações diplomáticas entre Brasil e Japão; outra lei datada de 1938 tornava obrigatório o ensino de Português para as crianças de todo o país. O que ocorreu, portanto, foi uma simples “ativação” destas leis que encontravam-se em “letra morta”, para serem aplicadas como parte de medidas criadas contra os assim chamados “imigrantes do eixo” em geral. A questão é que pouco a pouco, tais ações foram consideradas insuficientes pela própria sociedade brasileira, que revivia a imagem do imigrante japonês como um traidor da pátria brasileira: era o retorno do “Perigo Amarelo”, medo antigo exaltado aqui pelos afundamentos de navios brasileiros após Getúlio Vargas declarar o Brasil ao lado dos EUA na Guerra Mundial. Como produto direto deste estado de espírito da sociedade, foi organizado, pelo Centro Pan-Americano de Cultura, um comício popular em protesto contra “os novos agravos à soberania nacional com o torpedeamento de cinco novos navios em águas brasileiras” (ROCQUE, 1999). Entre palavras de ordem como “Viva o Brasil” e “Morra o nazi-fascismo”, a população ouviu oradores diversos tratando do ocorrido no litoral brasileiro. A comitiva então seguiu

em direção às redações dos jornais locais, quando então houve confusão e depredações de estabelecimentos comerciais e casas residenciais, identificados como propriedades de alemães, italianos e japoneses, razão pela qual houveram muitas prisões dos ditos elementos exaltados.

Estas manifestações populares contra os imigrantes “do eixo” em geral, somados à pressão dos EUA em pôr todos em “campos de concentração ou internamento, culminou na medida final de Vargas, onde foi ordenada a transferência de japoneses, alemães e, em menor número, italianos, para núcleos coloniais agrícolas preexistentes de imigrantes, renomeando e lhes dando o status de “campo de concentração”, aonde ficaram até 1945.

Estes campos de internamento tendiam a ser basicamente, colônias reestruturadas minimamente como prisões políticas para os “imigrantes do eixo”; Priscila Perazzo destaca como características destes campos os trabalhos forçados em agricultura, a vigilância cerrada entremeada com uma certa liberdade de movimentação interna ao Campo em si, e a libertação dos prisioneiros em 1945.

No caso da Amazônia, a colônia reestruturada em questão foi a de Tomé-Açu, e lá foram enviados os imigrantes indesejados durante a Segunda Guerra. Não se tem uma data de quando exatamente a colônia agrícola de Tomé-Açu, por desígnios federais brasileiros, tornou-se um campo de concentração *per se*. As notícias mais antigas encontradas sobre transporte de prisioneiros estrangeiros para o campo datam de outubro de 1942, bem como seu reconhecimento, denominação e estruturação administrativa enquanto colônia estadual – todas estas datas após a declaração do Estado brasileiro de estado de beligerância contra os países formadores do Eixo. Por este período, portanto, foi oficializada a condição de Tomé-Açu como prisão para súditos “eixistas”. Antes disso, poucos meses depois do rompimento diplomático do Brasil com o Eixo, os colonos japoneses já se encontravam em vigilância pela força policial local do Acará, tendo suas armas de fogo, utilizadas em caçadas de animais

para alimentação familiar, recolhidas pela Delegacia Especial de Segurança Política e Social. Porém, a denominação e subsequente entendimento oficial e público do local como um “campo de concentração” nos jornais veio somente no segundo semestre do ano de 1942, com seu final nesta classificação em 1945, com a produção agrícola local quase que totalmente apreendida pelo Estado, sem repasse dos lucros para os imigrantes que trabalharam na mesma.

O trabalho a seguir busca entender justamente este processo de formação de imagens sociais dos Nikkeis no período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial, especificamente o intervalo de 1950 a 1960. Este foi um período pós-guerra que foi de grande recuperação e prosperidade para os imigrantes japoneses e seus descendentes no Brasil, como demonstraremos a seguir, e com esta bonança veio a imediata reconstrução do imigrante japonês como um membro extremamente importante na sociedade brasileira, e na reconstrução da economia da região amazônica. Justamente por esse motivo, nosso foco será no Estado do Pará, especificamente a capital Belém e em Tomé-Açu, por ser esta maior colônia de japoneses na região amazônica, e principal produtora nos anos 50-60 da chamada Pimenta-do-reino, produto fundamental para a recuperação econômica da região e mesmo do Brasil como um todo, num mundo onde as principais regiões que plantavam este produto estavam devastadas pelos efeitos de uma Guerra Total. Pretendemos ver aqui como deu-se este novo ciclo de mudança, de uma imagem negativa imediatamente anterior a esta do japonês como “Salvador da Pátria”.

Teoricamente, seguimos o conceito de “História dos marginais” de Jean Claude Schmidt, tal como ele escreveu no artigo de mesmo nome. Schmidt diz que:

“(...) A priori, várias noções podem ser distinguidas [acerca dos fenômenos de marginalidade]: a de marginalidade, que implica um estatuto mais ou menos formal no seio da sociedade e traduz uma

situação que, pelo menos teoricamente, pode ser transitória; alguém da marginalidade, a noção de integração (ou reintegração) que indica a ausência (ou perda) de um estatuto marginal no seio da sociedade; e , ao contrário, além, a noção de exclusão, que assinala uma ruptura as vezes ritualizada- em relação ao corpo social.” (SCHMIDT, . 1988)

Embora o autor utilize tais conceitos para analisar a Europa Ocidental do século XI ao XVIII, acreditamos ser possível utilizar-se desses mesmos conceitos na análise da expulsão e reintegração social dos imigrantes japoneses no Brasil.

Também serão analisadas obras que contenham o depoimento dos imigrantes japoneses, falando de suas experiências de vida durante a época trabalhada, bem como jornais e revistas de época locais, para se entender as visões que a sociedade tinha acerca destes imigrantes, representada pro meios diversos, sejam artigos ou cartuns.

Outros mecanismos de pesquisa e análise são os impressos que se tomaram ao longo do século XX como registro documental, tal como livros, almanaques, leis, jornais, revistas, panfletos, boletins, cartazes, mapas, gravuras, calendários, entre outros. Pois, devemos considerar os impressos como parte de divulgação cultural, social e político que influenciaram na construção do imaginário da cultura nipônica nos países ocidentais.

1.3 – Panorama dos estudos de imigração

O que é, exatamente, uma “migração”? O dicionário Michaelis define o termo como “Movimento pelo qual um indivíduo ou grupo de indivíduos se estabelece em um país ou região diferente de seu local de origem”.

De acordo com Russel King, existem ao menos três grupos que tratavam diretamente da questão da imigração – ou ao menos são estes os grupos mais influentes nestes estudos: grupos buscando trabalho temporário, grupos buscando fixar-se no país receptor, e grupos refugiados de seu país natal, por quaisquer motivos que sejam. O autor ainda fala que,

de uma certa forma, são estes grupos ainda os mais influentes dentro do que podemos considerar como estudos migratórios, e é bem difícil não concordar com seu ponto de vista: de fato, mesmo os estudos mais contemporâneos envolvendo grupos migratórios tende a cair, ou ao menos mencionar, estas tipologias básicas. Isso talvez demonstre menos a importância destes conceitos (que são admitidamente bastante necessários para se ao menos iniciar um processo de compreensão dos movimentos migratórios), e mais a ampla necessidade dos estudiosos de movimentos migratórios em buscar uma espécie de chão teórico em cima do qual possam construir suas conclusões.

A grande verdade, como novamente nos diz Russel King, é que é bastante difícil estabelecer por certo algum critério mais exato sobre as questões migratórias, e muito disso se deve, efetivamente, à grande variedade de fatores em cada um dos casos estudados. Neste sentido, muitos estudiosos tendem a buscar uma compreensão das migrações a partir de uma abordagem mais multidisciplinar, algo que parece ter dado resultados bastante efetivos, como veremos um pouco mais à frente.

Contudo, o problema mais geral permanece, no sentido da gênese de compreensão dos movimentos migratórios estar sempre profundamente enraizado num viés econômico ou geopolítico, do que realmente em algo mais voltado a compreender a questão mais social ou cultural destes movimentos migratórios – e isso tanto pelo lado dos imigrantes quanto pelo lado da sociedade receptora, ainda que não levemos em consideração o impacto que a saída destes imigrantes possa vir a ter causado para a própria sociedade ou região que está sendo deixada para trás.

De qualquer forma, esta falta de estudos mais voltados para um impacto sociocultural tende a deixar de fora uma série de abordagens bastante interessantes, que talvez tivessem um bom impacto nos estudos migratórios.

1.3.1 – Histórico Geral dos Estudos de Migração

Existem diferentes estudos a respeito desta questão, além de estudos sobre o porque deste fenômeno acontecer. Um dos mais antigos vem, curiosamente, de Karl Marx, geralmente mais voltado para questões envolvendo conflitos de classes. Na visão deste filósofo, as migrações são nada mais nada menos que “uma consequência de lógica da acumulação capitalista”, no sentido de que esta estava sempre em demanda de forças de trabalho, e que portanto os imigrantes se encaixariam neste modelo de demandas. Não há muito dito, infelizmente, do porquê específico da ida destes imigrantes para outros países, embora seja possível deduzir que viam em busca das vagas de emprego ofertadas no país receptor. Isso porém, em nada explica qual a dinâmica interna de decisão para estes imigrantes decidirem seguir para outro país, abandonando lugares familiares, amigos, parentes, por vezes mesmo uma situação mais familiar, embora não necessariamente mais fácil economicamente.

Dentro destes autores mais clássicos, em verdade, não teremos explicações mais profundas, ao menos não nesse sentido de explicação de fatores internos do grupo migratório. Por exemplo, Durkheim, em seu trabalho “A divisão do trabalho social”, faz menção à questão da imigração, mas somente para apontar o fenômeno como um fator contribuidor da transição, dentro das sociedades receptoras destes grupos, de uma “solidariedade mecânica” para uma “solidariedade orgânica” moderna, menos afeita a um sistema de valores comuns e portanto vulnerável à questões como suicídios, crimes e conflitos sociais. Da mesma forma, Weber também fala sobre migrações, em sua análise de caso referente à questão da imigração dos trabalhadores sazonais poloneses para trabalhar em plantações alemãs; sua análise, porém, é menos voltada realmente para migrações que para questões agrárias germânicas, de sorte que não nos aprofundaremos muito aqui nestes pensamentos.

Se quisermos buscar entre pesquisadores e autores mais clássicos alguma referência ou estudo mais diretamente ligado à questão das imigrações, teremos que ater nossa atenção ao trabalho de Ernest G. Ra-

venstein, um geógrafo do fim do século XIX, particularmente conhecido por seus trabalhos em cartografia. Ravenstein publicou dois textos em 1885 e 1889, ambos denominados “The laws of migration” [As leis da migração]. Estes artigos introduzem uma série de conceitos que os pesquisadores migratórios teriam como marca registrada em suas publicações; questões como os tipos possíveis de imigração, o que faz um migrante sair de sua terra, efeitos da imigração na economia, etc. Todos estes são introduzidos nestes textos de Ravenstein, evidentemente de uma maneira bastante positivista, dada a época do autor. Os estudos mais recentes em relação à questão da migração envolvem nomes como William Petersen e Everett Lee, cada um com um ponto de vista mais definidor em relação ao que seriam estes movimentos migratórios, de uma maneira mais evidente que o fizeram os autores mais clássicos.

Por exemplo, se tomarmos os trabalhos de Everett Lee como um ponto de partida, veremos demonstrada uma visão da imigração muito mais abrangente, embora com alguns limites bem definidos do que considerava seu meandro de pesquisa. Ele afirma que imigração consiste no ato de mudança de residência em si, permanente ou semipermanente, independente de qualquer caráter de distância; nesse sentido, seria irrelevante se o indivíduo tenha se mudado de um bairro para o outro, ou de um país para o outro; os fatores a se considerar aqui são os chamados “push/pull”, isto é, fatores que impulsionem um imigrante em potencial a deixar sua terra natal, versus os fatores que tornem um determinado lugar suficientemente atrativo aos imigrantes. Vale ressaltar que estes conceitos já foram abordados nos escritos de Ravenstein. Desta forma, podemos certamente considerar que Lee está seguindo os passos indicados deste teórico clássico; logicamente, isso implica numa concepção de movimentos migratórios um pouco mais matemática que social, da forma como seriam os estudos migratórios mais posteriores.

Um pouco antes dos escritos de Everett Lee, temos William Petersen, em 1958, com uma definição tipológica de migração ainda mais limi-

tante: para o sociólogo, a migração consistia no “movimento relativamente permanente de pessoas ao longo de uma distância significativa” (NOSLASCO, 2016), dadas as devidas classificações de distância, permanência e fatores outros. Em relação a estes fatores, e numa tentativa de demonstrar os diferentes meios de migração possíveis a partir da variação destes elementos, Petersen demonstra cinco tipos de imigração possíveis neste caso. São elas: **primitiva, impelida, livre, forçada e massiva**. Evidentemente, cada uma destas migrações demonstram-se a partir de mudanças de seu fator impulsionador, seja este natural (como é, por exemplo, o caso das migrações primitivas) ou meramente por uma escolha pessoal dos imigrantes (a exemplo da migração livre). Este esforço de Petersen, assim como de fato ocorre com todos os outros esforços para explicar o fator migratório em geral, demonstram claramente duas coisas: primeiro, a dificuldade de se estabelecer uma tipologia específica para cada grupo migratório representativo em cada lado. Isso porque, ainda que consideremos que há uma incidência maior de um determinado fator impulsionador para um dado grupo, as variações internas e externas em cada caso (querendo dizer neste caso as variações práticas dos conceitos de “push-pull” previamente mencionados) são bastante diversos.

A esta conclusão, chega-se também a uma outra, que talvez soe contraditória: é necessário tentar-se definir alguns pontos teóricos dentro deste meandro, para ser possível a análise efetiva dos movimentos migratórios. De fato, sem abstrações como a própria ideia do “push-pull”, não seria possível entender em absoluto estes movimentos tais como demonstram-se, e seria necessário em todo momento de análise de um determinado grupo migratório estender-se longamente em um padrão teórico somente para aquele caso específico – o que impediria grandemente o avanço geral dos estudos migratórios. Se pensarmos nisso, e considerarmos ainda o assunto central que nos interessa neste trabalho (ostensivamente, a segunda leva da imigração japonesa ao Brasil), poderemos ver que, em estudos migratórios, há que se entender sempre dois aspectos: primeiro,

quais os fatores que impulsionaram a saída do grupo migratório, bem como quais os fatores que o fizeram escolher um determinado lugar para migrarem; o velho binômio do “push/pull” pode ajudar neste sentido, embora com algumas ressalvas de escopo. Em segundo lugar, é necessário entender bem qual o impacto que estes mesmo imigrantes tiveram dentro da dita sociedade receptora; pois é improvável que um grupo grande que chegue migrando à uma região, possa fazê-lo sem causar nenhum tipo de impressão ou influência que seja nesta dita cuja. Nesse sentido, vejamos a seguir alguns impactos da imigração japonesa na região amazônica.

Parte 2 : Imigração Japonesa na Amazônia

No que concerne a imigração japonesa na Amazônia, podemos dividir os processos em três períodos distintos : Primeiro, com a chegada dos imigrantes pioneiros para o Pará, em setembro 1929, e no Amazonas, em janeiro de 1930, seguido de sucessivas vindas de grupos de imigrantes até o início da década de 1940; Em seguida, a imigração reiniciou-se a partir de 1953, com a chegada dos novos imigrantes para as colônias dos estados do Amazonas, Pará e pequena parcela para os antigos territórios federais do Amapá, Rondônia, Roraima e Acre; e por fim, o terceiro período iniciou na década de 1980, com o processo de inversão do fluxo migratório, ou seja, com a ida dos dekassegus ao Japão, seguindo um movimento que, de resto, repetia-se ao longo do país entre os nikkeis(MUTO, 2010

Neste capítulo, pretende-se explicar sobre o segundo momento do processo de imigração na Região amazônica, particularmente ao longo da década de 50. A escolha deu-se pelas características peculiares que este período demonstrou em seus desenvolvimentos; embora não tenha em si os elementos de princípio que formam, evidentemente, o primeiro período, e nem tenham elementos do interessante movimento de migração “reversa” que caracterizou os dekassegui, o segundo período foi o que mais desenvolveu os nikkeis economicamente e politicamente dentro da região amazônica, muitas vezes com uma união profunda entre estes dois aspectos (HOMMA,2016). Foi nesta década que a imigração japonesa não só reiniciou-se na Amazônia, mas no Brasil como um todo, com o Amazonas e a Jataí como desencadeadores deste movimento geral de recomeço do processo. Também foi nesta década que Tomé-Açu, até então um rele distrito-colônia integrado ao município do acará, conquistou sua independência municipal, graças ao sucesso estrondoso da pimenta-do-reino a nível nacional e internacional.

Toda essa movimentação migratória estava ligada diretamente com

os movimentos mencionados acima, seja pela promessa de lucro com a Juta (promessa esta amparada pelo sucesso econômico anterior à guerra), seja pelo sucesso contemporâneo, surpreendente e rápido da pimenta-do-reino. Estes imigrantes de pós-guerra receberam as passagens custeadas pelo governo japonês como empréstimos, sob a condição de não retornarem tão cedo ao Japão (ASSOCIAÇÃO, 1999). Sob a responsabilidade do imigrantista Kotaro Tsuji, e depois pelos órgãos do governo japonês (Kaikyoren/JAMIC e Jigyodan/JICA), os novos imigrantes foram encaminhados para as seguintes colônias dirigidas (MUTO, 2010) :

- a) No estado do Amazonas: colônias de Parintins e outras áreas do Baixo Amazonas, Bela Vista (município de Manacapuru) e Efigênio Salles (município de Manaus);
- b) No estado do Pará: colônias de Belterra e Fordlândia (no município de Santarém), Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Alenquer (nos municípios de mesmo nome), Guamá (no município de Santa Izabel do Pará e Inhangapi), Acará (no município de mesmo nome) e para as duas colônias de Tomé-Açu (município de Tomé-Açu) e Altamira (no município de mesmo nome);
- c) No Território Federal do Amapá: colônias de Matapi (no município de Porto Grande), Fazendinha (no município de Macapá) e Mazagão Novo (no município de Mazagão);
- d) No Território Federal do Acre: colônia do Quinari (no município de Rio Branco);
- e) No Território Federal de Guaporé (atual Rondônia): colônia de Treze de Setembro (no município de Porto Velho); e
- f) No Território Federal de Rio Branco (atual Roraima): colônia de Taiano

Destes imigrantes, a grande parte foi para a colônia de Tomé-Açu, em busca de participação nos lucos grandiosos da região. De resto, muitas destas colônias acabaram desfazendo-se em virtude de uma série de situações como fatores naturais, falta de apoio para a produção do que pretendiam ali, ou simplesmente desistência e fuga dos colonos para

outras localidades próximas. Muitas das colônias voltadas para a produção de Juta acabaram seguindo mais ou menos este padrão, e os colonos que não rumaram para Tomé-Açu, seguiram para cidades mais próximas e em geral dedicaram-se ao comércio(HOMMA, 1985)

Estas movimentações não deixaram a região incólume, e houve uma série de marcas e impactos causados ali. Pretende-se desta forma, demonstrar neste artigo a importância dos nikkeis na Amazônia e seus impactos durante os anos 50; para isso, no entanto, devemos olhar um pouco antes, e entender as raízes do processo que acontecerá nesta década.

1.1 – A Amazônia nos anos 50: um apanhado geral

Falar da região amazônica durante a década de 50, é falar dos planos federais de desenvolvimento criados na época para a região, da constituição de 1946, e da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA).

O principal, aspecto a se destacar a respeito da região, é a visão que o governo brasileiro tinha da região Norte. Este posicionamento nos parece fundamental para entender os processos que permitiram o retorno da imigração em 1953; certamente é algo que influência bastante o contexto geral deste decênio. Em seguida, pretendemos demonstrar a situação da região em si, com base na bibliografia pertinente; e por fim, demonstraremos a conexão dos japoneses com os passos de reconstrução econômica e estrutural da Amazônia pós-guerra. A título de uma introdução, gostaríamos de começar apresentando um pouco da situação de Belém do Pará nos anos 50, dado que a cidade é considerada, até hoje, a maior capital da região amazônica.

Segundo as pesquisas realizadas pelo historiador local Túlio Chaves, as décadas de 40 e 50 foram complicadas para a cidade de Belém, pois a mesma não contava com grande aporte financeiro e concentrava pouco poder estatal em si, curiosamente. Contudo, a cidade foi capaz de

organizar para si mecanismos que lhe garantiam um certo ar de desenvolvimento e modernização, no esforço de dar à mesma uma aparência de metrópole (CHAVES, 2011). Esta busca por expressar um ar moderno é algo bastante característico da região, e muito ainda nesta década analisada; iremos ver mais demonstrações à frente.

Este projeto modernizador de Belém é impulsionado de vez no momento imediatamente pós-guerra na região, algo que não foi único à Amazônia. De fato, o decênio de cinquenta foi marcado por ser um momento de expansão capitalista extrema, de acordo com Hobsbawn, que veio associado com todo um conceito de modernização associado a tecnologias avançadas e consumo imediato destas mesmas tecnologias. Nas palavras de Hobsbawn, “o terremoto tecnológico modificou a vida do mundo rico e mesmo, em menor medida, no mundo pobre, que através das ondas do rádio de pilha passou a se comunicar com o mundo em rápido desenvolvimento ” (HOBBSAWN, 1995). Desta forma, o sucesso da modernização estava encaixado efetivamente com sucesso monetário.

A cidade de Belém na década de 50 em si já era considerada uma grande metrópole regional, sem qualquer margem de discussão, e com grandes possibilidades de uma expansão ainda maior. Bernardo Farias destaca que a situação geográfica no estuário amazônico garantia à cidade, amplas condições de se estruturar como um poderoso centro urbano (VIEIRA, 2017). A partir destes dados, podemos inferir não só a importância de Belém enquanto representante da região amazônica, como também que a região buscava para si o manto da modernização, embora com uma atmosfera talvez ilusória, se considerarmos os dados de Túlio Chaves. Mais à frente, veremos que este posicionamento parece casar perfeitamente com os planos dos projetos de desenvolvimento do governo federal para a região, apresentados através do SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia). De certa forma, talvez esta disposição da cidade tenha sido, senão influenciada por esse plano de desenvolvimento, certamente encorajada. A busca pela modernização e

por algo diferente do que se apresentava na região pode ter também influenciado a bem-querença da sociedade paraense para com os nikkeis e os novos imigrantes japoneses chegando em 1953. Outro fato influenciante foi que, economicamente, a região passava por um fim de ciclo, o chamado “segundo ciclo da borracha”, que foi impulsionado pelos esforços de guerra dos Aliados na Segunda Guerra Mundial (PONTES, 2015). Com o fim do conflito, houve igualmente o fim do *momentum* econômico que a região passava; este pode ser mais um motivo deles almoçarem, tão firmemente um grupo que trazia um novo ciclo econômico em destaque.

Portanto, a década de 50 em Belém pode ser entendida como um momento de mudanças expressivas, não só para a cidade no que diz respeito ao seu espaço físico, como mudanças de cotidiano dos próprios habitantes. Diríamos mais, um momento de caracterização de modernidades que influenciou a Amazônia como um todo, com Belém representando algo que acontecia na região como um todo.

Diz Edimara Vieira a respeito disso:

Estes elementos caracterizam não só o que Berman entende por “modernidade”, como fizeram com o que os próprios sujeitos desse contexto se entendessem como agentes ou propulsores do moderno. Há em Belém, por todo seu processo histórico, uma somatória de temporalidades que compõe a cidade, e que a torna tão singular, elementos de uma cidade estendida para os rios que se imbricam com o desejo de fazer-se moderna sem deixar de lado, ou sem deixar de preocupar-se com os elementos simbólicos que alimentam sua tradição.(VIEIRA, 2017)

A ideia de se “modernizar” a Amazônia, e o Pará especificamente, não é algo novo. Desde meados do fim do século XIX, pode-se dizer que a região busca equiparar-se ao que entende como moderno e conectado com o resto do mundo . Inicialmente, vemos isso dentro da Belle Époque, quando, nas palavras de Nazaré Sarges, “ transformação pela qual passou

Belém, engendrada pela economia da gomífera significou a materialização da modernidade expressa através da construção de obras, urbanização, formação de elites, na construção de "um modelo ideal de sociedade moderna isento de perturbação" (Sarges, 2002). Em seguida, como que num ciclo natural, vamos vendo este tipo de pensamento ao longo do processo de existência da cidade. A busca por modernização nos anos 50, portanto, é menos algo novo e mais um reflexo natural do prosseguimento deste "ciclo" natural. Contudo, não é possível compreender esta busca por modernização, sem também entendermos que ela está necessariamente amparada por um outro tipo de ciclo, este de caráter econômico. No período da Belle Époque, está claro, o produto explorado em questão foi o Látex, um produto que já não tinha tanto poder representativo nos anos 50, para não dizer inexistente. O produto representativo aqui era, evidentemente, a pimenta-do-reino.

De fato, este produto era tão lucrativo nos âmbitos locais, nacionais e internacionais, que pode-se afirmar aqui que ele era um sustentáculo para esta busca por "avanços" na modernização. Ou antes, ele era um dos vários sustentáculos; conforme dissemos, a questão da modernização na Amazônia passava por uma questão de estruturação da região para a recepção de tecnologias novas, e esta medida passava por uma organização agrícola na região – algo que seria desnecessário na colônia japonesa, já organizada nestes moldes desde muito. A partir do momento que a pimenta preta alcança uma importância econômica tão grande e significativa, também crescem a importância e representatividade de seus produtores. Somado a eles, altera-se a construção da imagem social que se tinha formada do nikkei amazônico, de traidor a salvador. Isso tudo, amparado nas ideias já citadas de "avanço" e "modernidade" característicos dos anos 50 no Brasil, e devidamente amparados pelo governo federal. Neste aspecto, seria interessante vermos um pouco destas medidas que o governo queria para a região, isto é, entendermos os pontos que a SPVEA pretendiam para o desenvolvimento da Amazônia.

1.2 – A SPVEA e as ideias para o desenvolvimento na Amazônia

Ao fim da Segunda Guerra Mundial, a Amazônia não estava mais contando com uma economia sustentada pelos preços artificiais mantidos pelos EUA para que a região produzisse Borracha para os aliados no esforço de guerra. A bem da verdade, estes preços, mantidos pelos “Acordos de Washington”, mantiveram-se somente até 1947, ano em que uma vez mais a extração de borracha caiu em ostracismo, e o modelo de extrativismo em geral não se mostrou mais eficaz enquanto forma de exploração econômica da região (FERREIRA, BASTOS, 2016). Em 1953 foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) com o objetivo de elaborar e conduzir um plano de desenvolvimento para a região (MARQUES, 2013). Criada pela lei 1804/53, a Superintendência tinha como parâmetros objetivos claramente associados com a dinâmica desenvolvimentista que vigorava na nação. Abaixo segue um trecho do documento “Desenvolvimento de Emergência” escrito em 1954, ano seguinte à criação do órgão:

Com objetivos de assegurar à ocupação da Amazônia um sentido brasileiro, construir na Amazônia uma sociedade economicamente estável e progressiva capaz de, com seus próprios recursos, prover a execução de suas tarefas sociais e desenvolver a Amazônia num sentido paralelo e complementar ao da economia brasileira. (SPVEA, 1954).

Como se viu acima, o SPVEA foi nitidamente uma estratégia criada para tentar gerar um impulso de avanço econômico, tal qual o termo era compreendido pelo governo da época. Não obstante, da mesma forma que ele parecem buscar empreender uma forma de desenvolvimento econômico na região, também é ressaltado o papel paralelo da Amazônia no contexto amazônico nacional. Ora, a partir do momento que se entende o desenvolvimento da região como paralelo e complementar ao desenvolvimento do Brasil como um todo, é evidente que entende-se a

região amazônica com um papel meramente de suporte à economia brasileira, e não efetivamente como uma região a ser integrada ao resto do Brasil – ou ao menos não integrada como se entende exatamente esta palavra.

Mais que um projeto específico de modernização, as ideias para a Amazônia envolviam “domar” a região, “civilizar” esta última fronteira do Brasil. Esta ideia de uma amazônia ainda não pertencente a um padrão civilizatório específico, é algo que se percebe mesmo na base dos planos do governo. A partir do momento que um dos objetivos do SPVEA era “integrar a região amazônica ao resto do país”, há uma evidente compreensão da região estar desconectada do resto do país, à parte do modelo de civilização vigente no período. Nenhuma visão explana melhor esse posicionamento do que o discurso de Vargas em 1940, feito em Manaus. Ali, a Amazônia, e a floresta em particular, foram tomadas como problema, como uma região decadente que deveria ser reerguida num esforço de toda a nação. A tarefa consistia em continuar a investida já iniciada: “conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta.” (MARQUES, 2013). Mais à frente, essa discussão desembocou na questão, novamente, do povoamento, à ser realizado com imigrantes nacionais e estrangeiros. Em nenhum momento considera-se os indígenas ou caboclos nativos ; ao contrário, se faz alusão frequente aos japoneses como detentores de métodos bem-sucedidos de formação de colônias de cultivo da juta (d’Araújo, 1992). Ou seja, conforme mencionamos, os japoneses eram os exemplos de uma ocupação bem-sucedida – e lucrativa – da região amazônica, mesmo nos discursos oficiais. Mais tarde, os japoneses em Tomé-Açu assumirão esta posição como exemplos para formas de desenvolvimento da Amazônia, e colherão as vantagens disso.

Em relação a essa valorização dos japoneses, é possível entender que esta é baseada tanto nas qualidades percebidas dos imigrantes, quanto também de uma certa falha por parte dos nativos em desenvolver corretamente a região. Curiosamente, a contribuição de outros elementos

estrangeiros parece ter sido , senão esquecida, certamente diminuída. Ferreira Reis, em um texto escrito no começo do ano de 1960, tem o seguinte a dizer a respeito disso:

Pelos censos realizados verifica-se que a participação do elemento estrangeiro na Amazônia, para a formação de suas sociedades, foi inexpressiva (...). Abre-se um a exceção para os núcleos japoneses, que lançaram os fundamentos da lavoura da juta e da pimenta do reino , desse modo interferindo no enriquecimento das atividades econômicas e fortalecendo a sociedade de agricultores, seja quantitativamente , seja pela adoção de técnica e espécies novas na empresa . Esses núcleos são recentes e estão em franco desenvolvimento. (FERREIRA REIS, 1960)

O parágrafo acima demonstra muito bem quais os pensamentos acerca de caminhos para o desenvolvimento da amazônia: era preciso um indivíduo que fortalecesse a questão da Agricultura na região, e que também gerasse lucro e renda para a mesma. Neste mesmo texto, Ferreira Reis menciona algumas das “falhas” dos habitantes da Amazônia em desenvolver corretamente a região, refletindo o pensamento de muitos intelectuais à época:

As sociedades amazônicas vivem , como já tivemos ocasião de frisar, nos seringais, nos castanhais, nos juais , nos pontos de pesca, nos centros de mineração. À exceção do s q u e vive m na s capitais dos dois Estados e quatro Territórios, sempre e m condições precárias. E mesmo nessas cidades, há bairros pobres, impressionantemente pobres, que revelam o rústico, o precário da existência. O que se chama de bem- estar social , expresso no vestuário, alimentação, habitação, rendimentos e saúde, importa em revelar qu e ditas populações não se beneficiam de qualquer dessas exigências mínimas de condições de vida . (FERREIRA REIS, 1960)

Nisso, é possível perceber um paralelismo com o pensamento nacional sobre a região ser “desconectada” dos rumos nacionais. Mais do que nunca, aqui vemos os nikkeis amazônicos serem representados como a verdadeira exceção entre tantos habitantes na Amazônia. Não é difícil perceber aqui, portanto, como o impacto de serem “fortalecedores” da economia e inovadores com a entrada de produtos agrícolas na região, possa ter colaborado grandemente com sua imagem dentro da sociedade amazônica paraense, e isso é algo que fica muito evidente nos jornais a serem analisados nesta dissertação.

Assim, a SPVEA não só introduziu na Amazônia um modelo de modernização baseado em agricultura, modelo este que automaticamente transformou os japoneses que viviam na região em exemplos de pioneiros na modernização da Amazônia, por se encaixarem retroativamente na ideia central de desenvolvimento criada pelo órgão. Veremos a seguir como os nikkeis organizaram-se na região, ao ponto de merecerem esta alcunha a eles outorgada.

1.3 – Nikkeis na Amazônia : Guerra e Pós-Guerra

Não se sabe exatamente quando a colônia agrícola de Tomé-Açu tornou-se um campo de concentração. As notícias mais antigas encontradas sobre transporte de prisioneiros estrangeiros para o campo datam de outubro de 1942 (FOLHA VESPERTINA, 1942), bem como seu reconhecimento, denominação e estruturação administrativa enquanto colônia estadual – todas estas datas após a declaração do Estado brasileiro de estado de beligerância contra os países formadores do Eixo.

Conforme mencionamos ao começo deste trabalho, houve muitos protestos contra a presença dos imigrantes “servos do eixo” em Belém do Pará, protestos estes que tendiam a tornar-se atos de depredação de estabelecimentos entendidos como de propriedade dos estrangeiros. Estes

atos de brutalidade eram, em geral, reprovado por jornalistas e representantes do governo, mas com uma grande complacência para com os executores da violência aplicada aos imigrantes. Os ocorridos eram, de fato, classificados como algo natural, considerando as circunstâncias. O Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP) chamou o acontecimento de “justa revolta que empolga a consciência cívica da nacionalidade”, enquanto os jornais classificaram o comício e seus acontecimentos de “revide ao sanguinário e traiçoeiro ataque”. Na *Folha Vespertina*, um jornalista denominado “G.G. Maciel” pedia reflexão e justiça para com os vândalos, visto que estes teriam se deixado levar pelo “tresvario de um gesto lamentável, mas perfeitamente natural.” (FOLHA VESPERTINA, 1942)

Em 22 de agosto do ano de 1942, dia da declaração brasileira de beligerância ao Eixo, houve novas manifestações contra imigrantes japoneses, alemães e italianos. Novos oradores foram ouvidos, entre eles o general Zenóbio da Costa, o então Comandante da 8ª Região Militar, que apelou ao povo para que “se mantivesse calmo e confiante no presidente Getúlio Vargas, pois a Nação estava alerta e a honra do brasileiro não seria ultrajada.”(ROCQUE, 1999). Também tentando aclamar os ânimos gerais, o Interventor do Pará, José Malcher publicou em todos os jornais uma conclamação com o título “Ao Povo”, onde urgia os paraenses e “estrangeiros amigos” a direcionar suas energias para o engrandecimento do país, e que portanto a destruição de bens, agitação e desordem não serviam aos interesses do Brasil, e mesmo poderiam tornar-se “atos de sabotagem”. Tudo isso para evitar novos conflitos internos, que poderiam desencadear num estado de caos desaconselhável para o período político instável que não só o Brasil, mas o mundo todo passava na década de 40.

Por este período, portanto, foi oficializada a condição de Tomé-Açu como prisão para súditos “eixistas”. Antes mesmo dessas oficializações, os colonos japoneses já se encontravam em vigilância pela força policial local do Acará, tendo suas armas de fogo, utilizadas em caçadas de animais

para alimentação familiar poucos meses depois do rompimento diplomático do Brasil com o Eixo, recolhidas pela Delegacia Especial de Segurança Política e Social(ESTADO DO PARÁ, 1942).

Entretanto, a denominação e subsequente entendimento do local como um “campo de concentração” por parte dos jornais e da população em geral veio somente no segundo semestre do ano de 1942. Uma visita ao campo de concentração feita por jornalistas rendeu ao local (graças à construção de um campo de futebol, uma quadra de vôlei e uma escola para cinquenta alunos) o seguinte elogio: “O que se vê ali é mais uma colônia de férias” (ESTADO DO PARÁ, 1943) e outra notícia elogia os esforços do capitão João Evangelista, então designado como o administrador da assim chamada CETA (Companhia Estadual de Tomé Açu) , enquanto um “competente agrônomo” e um mantenedor de paz e qualidade de vida na região. Além disso, sob seus auspícios, a região teria engrenado uma “marcha plena de progresso (FOLHA DO NORTE, 1943) Tais declarações contrastam grandemente com os relatos de imigrantes que viveram o período, que citam como uma das principais problemáticas a escassez de alimentos e de suporte do Estado.

Tais registros contrastam drasticamente com os depoimentos de ex-prisioneiros em Tomé-Açu. Muitos entrevistados lembram do período de escassez alimentícia que significou esse volume exagerado e súbito de pessoas na região. Hiroshi Hosokawa, imigrante vindo à Tomé-Açu em 1933 aos quatro anos de idade e exímio caçador em sua juventude, fala sobre o sumiço das pacas da região com que incrementava o já parco almoço de sua família, simplesmente porque muitas pessoas as caçavam freneticamente (e como podiam, já que eram proibidas armas de fogo ali) para se alimentarem. Isso foi um problema enorme, já que na época, a carne vermelha em si era artigo de luxo, somente consumida em ocasiões festivas. Lembra-se a esse respeito o senhor Hajime Yamada:

Naquela época, a carne mais consumida era de caça: Paca, Cutia, essas coisas, sabe? A carne vermelha, de boi, era extremamente

rara. Nós lá em casa só víamos dela quando tinha festa, fora disso até foi difícil de se ver por aí.

Somado a esse problema, não havia onde se pôr tantos imigrantes, pelo simples fato de não haver construções para tantos. Não havia obrigação de ficar em celas, mas tampouco havia onde se alojar ou se alimentar (PERAZZO, 2009). Assim, a cena mais comum eram os recém-chegados que não tivessem família ou conhecidos no local, armando tendas improvisadas com qualquer material cedido que houvesse à mão, como lembra novamente o senhor Hosokawa:

Quando eles chegavam, não tinha espaço pra pôr todo mundo, o governo não ajudou em nada não. Daí, eles armavam umas tendas pra poder se abrigar, pra não ficar sem ter onde dormir. Quem tinha família, recebia ajuda e material pra montar onde ia ficar, ou então ia morar com os familiares mesmo, ia ajudar na plantação. Quem não tinha, ficava à sua própria sorte.

O relativo abandono por parte do Estado durante o período de guerra também afligiu Tomé-Açu. Dizemos “relativo” porque, embora o Estado não tenha ficado totalmente ausente no processo geral da CETA, a posição da Interventoria do Pará, (representada por José Malcher e posteriormente Magalhães Barata) bem como a do próprio Governo Federal (na pessoa do presidente Getúlio Vargas) em relação ao campo de concentração no então território do Acará, foi de fato um tanto ambígua. Por um lado, havia a dita preocupação com o “quinto-colunismo”, agravada pela grande quantidade de navios torpedeados nas costas marítimas paraenses; razões estas suficientes para a mudança rápida e compulsória dos súditos do Eixo para a CETA. Entretanto, o número extremamente reduzido de força policial para a vigilância de tantos estrangeiros (um tenente, um sargento, um cabo e vinte praças, de acordo com os relatos da época) aponta um estado de emergência neste quesito bastante menor que o alardeado publicamente. Havia também uma relativa liberdade dos prisioneiros no local, com até mesmo a possibilidade de saída do campo, desde que com permissão do

administrador:

Os policiais estavam tudo pela cidade, vigiando, olhando o que nos fazia, mas nós podíamos fazer ainda uma série de coisas. Por exemplo, quem quisesse sair da cidade podia, era só conseguir uma autorização com o administrador que podia sair da Colônia. Ou seja, prisão mesmo, não era. Era mais um lugar pra controlar os japoneses mesmo. {Depoimento dado por Hajime Yamada}

Tais posições tornam não só a posição do governo em relação a estes estrangeiros ambígua, como põe em cheque o próprio *status* de Tomé-Açu enquanto campo de concentração, mesmo para os padrões brasileiros empregados na época.

Uma possível explicação para isso seria um foco maior por parte do governo no problema da carestia alimentícia no Pará, um problema tão sério que foi necessária a criação de uma Comissão de Abastecimento Alimentar (CAA) para lidar com ele. Portarias desta Comissão eram publicadas nos jornais da época, todas em geral com o objetivo de catalogar alimentos e pessoas, para preparação de um possível racionamento (FOLHA VESPERTINA, 1942). A exportação de carnes “verdes (frescas), resfriadas , de pé, salgadas ou por qualquer forma conservadas a si e a seus derivados” foi proibida pelo interventor federal, pela súbita falta de gado que abastecesse o Estado. A venda para dentro do país ficou “condicionada à licença especial desta interventoria”. Boa parte desse problema vinha da alta dependência por parte do Pará em exportações de alimentos de outros estados, como atestado pelo então Interventor Magalhães Barata em um relatório:

O problema de abastecimento deste estado tem a sua solução condicionada à regularidade de transportes da cabotagem nacional. O bloqueio das nossas costas veio criar para nós, na intermitência dos carregamentos e na insuficiência das toneladas disponíveis, uma situação de carência alimentar sem nenhum precedente na nossa história.¹

¹ *Relatório do ano de 1943 escrito ao senhor Presidente Getúlio Vargas pelo Coronel Interventor Joaquim Magalhães Cardero Barata.* Arquivo Público do Pará, Fundo Fallas e Relatórios do Governo.

Entende-se, portanto, que a principal preocupação do governo seria como superar a carestia alimentar do Estado, seja através da já citada retenção de exportação das carnes bovinas, seja também através de “fomento necessário a um desenvolvimento” da agricultura local, na forma de investimentos ou de puro e simples incentivo à produção de hortifrutis

Tendo em vista este âmbito, seria possível, portanto compreender a apreensão maciça da produção agrícola em Tomé-Açu por parte do Estado, tão criticada e ressentida pelos ex-prisioneiros japoneses, os principais responsáveis pelo plantio tomado:

Aqui nós não sofríamos violência física, de bater, né? Mas massacravam de outras formas, pelo lado espiritual, pelo lado econômico... O Governo vinha e pegava tudo o que a gente produzia, mal deixava o suficiente pra gente comer. E depois, o dinheiro ficava tudo com eles, nunca que ajudaram na colônia, nem depois que Guerra acabou. {Depoimento dado pelo senhor Hajime Yamada}

Nesse sentido, o campo de concentração de Tomé-Açu seria menos uma prisão para estrangeiros do eixo que uma Colônia Agrícola Estatal (o que de resto é afirmado em sua própria nomenclatura oficial dos tempos de guerra), para produção de alimentos que suprissem exclusivamente a necessidade do Pará, embora ao custo de fome e miséria para os colonos e prisioneiros. Isto explicaria a relativa falta de segurança militar e “liberdade” relutante vigente na CETA, colocando o *status* de “campo de concentração” do lugar mais como uma jogada política governamental do que uma estratégia de guerra de fato. Isso fica ainda mais evidente se considerarmos que nem mesmo a instituição de trabalhos forçados, em pecuária ou agricultura, foi aplicada na CETA, o que nos faz entender Tomé-Açu, na época, mais como um “Campo de prisão” que um Campo de Concentração *per se*, mesmo pelos padrões brasileiros de campos para estrangeiros do Eixo da época.

Os imigrantes tentaram driblar essa medida estatal de “saque agrícola”, embora nem sempre tivessem sucesso, como relata a senhora Myoshi Abe:

O governo vinha e tomava tudo de nós, a nossa produção, então a gente escondia nos fundos das propriedades. Mas demorava muito pra poder voltar lá, e acabava estragando tudo. Naquela época não tinha esses produtos, essas coisas pra conservar as comidas, e aí ficava exposto, né? Daí estragava tudo mesmo.

Embora fosse necessária a produção de alimentos agrícolas, tanto para repassá-los ao governo quanto para auto-sustentação da colônia, cada vez mais crítica, vários fatores de época interferiam para que mesmo este mínimo fosse conseguido. A prisão dos pais de família na região foi um destes problemas: relatos falam de uma lei interna na CETA, estipulando que quando mais de três japoneses adultos fossem encontrados juntos conversando, eram sumariamente postos na cadeia de Quatro Bocas². Considerando ainda o aspecto desta proibição, muitos costumes locais nipônicos ficaram proibidos até o fim da Guerra por justamente unirem muito mais que três imigrantes, como uma festa recordada pelo senhor Satoshi Sawada, realizada anualmente pelos japoneses em homenagem ao aniversário do Imperador, com comida e bebida em abundância, para os padrões locais da época.

Não há registros, orais ou escritos, de agressão aos nipônicos na colônia de Tomé-Açu, num período anterior à transformação da Colônia em campo de concentração. Muitos se lembram de notícias sobre incêndios e linchamentos aos japoneses em Belém, mas esse nível de agressividade não tinha precedentes nesta região. Na verdade, há uma forte possibilidade da perseguição mostrada aos imigrantes japoneses nas grandes capitais ter sido menor ou mesmo nula nos interiores, ao menos no que se refere à região amazônica. A senhora Kyoko Harada, imigrante japonesa, faz parte do contingente de Parintins para a exploração de uma nova espécie da fibra "juta", denominada *Oyama*, sob os auspícios do Instituto de Pesquisa da Produção da Amazônia em Parintins. (ASSOCIAÇÃO, 1999). Ela também, como várias pessoas residentes em Tomé-Açu, não tem recordações de conflitos sérios entre brasileiros e

2 Segundo depoimentos combinados de Kunao Hyashi, Sakao Sawada e Myoshi Abe

japoneses na colônia de exploração de “juta”. O motivo disso, em parte, deve-se talvez ao número maior de japoneses que de brasileiros nestas colônias, embora houvesse em Tomé-Açu nesta época muitos paraenses, “todos lá de Cametá”, nas palavras do senhor Yamada, que chegaram em busca de terras para plantação ou de empregos nas poucas lavouras que podiam empregar mão de obra. Outro motivo poderia ser a manutenção da ordem na colônia pela própria Companhia Agrícola, visto que o Estado era, de acordo com os relatos, em grande parte ausente na região tanto em infra-estrutura quanto em aspectos policiais. Assim, as possibilidades de agressão física aos imigrantes ali presentes por preconceito social eram baixíssimas, visto que os mesmos tinham praticamente a autogestão da colônia:

A Companhia que tomava conta de tudo aqui, então, não tinha preconceitos de brasileiros. A gente não via essa raiva toda que estava acontecendo em Belém, só ouvia falar mesmo, e lamentava, né? Mas aqui mesmo não tinha essas coisas. Só depois que veio, o sofrimento espiritual principalmente. [Depoimento dado por Kunao Hayashi]

Além de certa “rixa” que o delegado designado ao campo tinha com dois irmãos da família Sawada³, e obviamente das prisões arbitrárias decorridas pelas regras da CETA, não há relatos ou registros de violência física contra os imigrantes aprisionados em Tomé-Açu. A se considerar os ânimos inflamados nas grandes cidades contra qualquer “eixista”, as alegações do governo que eles tinham sido transferidos para ali por razões de segurança física deles próprios não era de todo infundada.

Outro aspecto interessante a ser considerado, no quesito dos conflitos internos na CETA, é o relativo equilíbrio entre todos os grupos sociais que ficaram ali durante os quatro anos de encarceramento. Com um espaço reduzido, pouco ou nenhum apoio governamental e várias pessoas de não somente famílias, mas nacionalidades e culturas diferentes forçadas ao convívio direto, somado aos cerceamentos de

3 Segundo depoimentos de Sakao Sawada e Satoshi Sawada

liberdade impostos pelo Estado, seriam de se esperar grandes conflitos ou desentendimentos entre alemães, italianos, japoneses e brasileiros, estes últimos na figura da pequena quantidade de militares destacada para vigilância do campo. No entanto, a convivência era, na medida do possível, pacífica, com uma notável amistosidade entre os imigrantes presos na CETA, e sem nenhum relato em especial sobre algum grande conflito aberto entre os aprisionados e carcereiros.

Com o fim da guerra em 1945, a CETA foi desativada enquanto “campo de concentração” para estrangeiros membros do Eixo. Como resultado dos quase 3 anos de vigilância governamental, com a produção agrícola local, quase que totalmente apreendida pelo Estado, sem repasse dos lucros; com aprisionamentos abusivos e condições físicas de vida extremamente complicadas; e com todo o aparato estatal pressionando-os, os imigrantes japoneses conseguiram sobreviver os anos de cativeiro. O que não quer dizer que, findado esse processo, eles tenham imediatamente se recuperado. As condições econômico estruturais da colônia de Tomé-Açu pós Segunda Guerra foram deploráveis, bem como na região amazônica como um todo, na verdade.

Vários eram os motivos destes percalços. Para começar, não se tinha exatamente um plano econômico de reconstrução, para se reorganizar os cofres na região. O principal produto de exportação local, a borracha, tinha sido sumariamente abandonado, devido justamente ao fim do conflito mundial, deixando os convocados pelo governo brasileiro para contribuir no esforço de extração da matéria-prima, os chamados “soldados da borracha”, numa situação de abandono e falta de apoio ainda maior que durante a duração oficial de seus serviços. É bem certo que havia, também, a produção de Juta neste período; mas este produto, tal qual a pimenta-do-reino de que falaremos com mais detalhes mais à frente, estavam basicamente estagnados no mercado, devido a toda situação de reconstrução internacional pós-guerra. Desta forma, a região amazônica num momento imediatamente posterior ao fim da Segunda

Guerra Mundial estava, senão abandonada, em um nível bem baixo de prioridades perante o cenário nacional.

Haviam muitas transformações ocorrendo, e a Amazônia neste momento era apenas mais uma parte do mundo envolvida no caos resultante do fim do conflito Mundial de 1939-1945. Conforme explicado acima, após ter sido transformada em um campo de concentração para “súditos do eixo”, a região de Tomé-Açu viu-se abandonada pelo governo. Tal situação mostrava-se ainda mais insustentável pela completa falta de canais aos quais os imigrantes pudessem recorrer para pedir suporte, dado que evidentemente o governo japonês encontrava-se inacessível durante o período, e o governo brasileiro e paraense passavam pelas mudanças já mencionadas.

A saída foi organizarem-se, para arranjar seu próprio movimento de reconstrução. Desta maneira, os nikkeis tomaram duas decisões a respeito dos passos a serem realizados neste processo; primeiramente, era necessário terem um grupo sólido para coordenar estes passos, de sorte que foi criada a Associação dos Lavradores do Acará (ASSOCIAÇÃO,1999) . Também era necessária a reconstrução de um barco que conectasse a colônia com o resto do estado, já que o primeiro navio que fazia este serviço, pertencente à cooperativa, fora confiscado pelo governo do Pará. Após conseguirem autorização para construção da embarcação, os nikkeis iniciaram os trabalhos; o barco, denominado “Universal I”, fez uma pequena viagem inaugural ao redor do rio Acará-Mirim, e após os devidos consertos, foi devidamente considerado como novo meio de transporte das produções dos lavradores nikkeis (NAGAI, 2002).

Foi este, aliás, o próximo estágio do processo de reconstrução da colônia: era necessário a recuperação da venda direta da produção interna dos produtos tomé-açuenses, para o mercado na capital e redondezas. Esta medida tornava-se necessária, graças ao controle que o Estado tinha destes produtos, quando ainda do período da colônia como campo de

concentração; a safra das plantações nikkeis passava por um “crivo” do órgão controlador do governo paraense . É importante ressaltar aqui que já ocorriam aqui a produção e venda da pimenta-do-reino na região, dado que não só os primeiros pés do condimento foram plantados em meados de 1933, e mesmo durante o período de Tomé-Açu como campo de concentração, já havia ocorrido um bom desenvolvimento do produto, com mais de 5000 pés crescendo (NAGAI, 2002) . Entretanto, a pimenta-do-reino não só era vendida pelo governo paraense, por esta época, muito abaixo do preço de mercado, como ainda não haviam iniciado a sequência de eventos, nacionais em internacionais, que elevariam o valor do condimento muito acima de qualquer valor anterior. Isso aconteceria, na verdade, a partir de 1947, um ano após o começo da reconstrução da colônia.

Não é possível afirmar, evidentemente, se os colonos já tinham alguma ideia do enorme sucesso vindouro da pimenta preta; certamente não seria possível que eles tivessem previsto toda a sucessão de fatores internacionais e nacionais que iniciariam o caminho da pimenta-do-reino tornar-se o “diamante negro” que tantos dividendos traria aos colonos, à região paraense e, de fato, ao Brasil como um todo. Tal sucesso iniciou-se de maneira bastante veloz: já em 1947, os relatórios anuais dos lucros da Colônia já começaram a registrar uma ascensão perceptível das vendas de pimenta, ao ponto de fazer os contadores criarem um item especialmente para a pimenta; anteriormente, esta dividia o espaço, juntamente com produtos diversos vendidos pelos colonos, na categoria “outros” (CAMTA, 2009). Em 1948 o sucesso seria ainda maior: o produto valorizou-se 7 vezes mais que o ano anterior, numa evolução de um total de 55.068 cruzeiros para 359.000 na mesma moeda. O sucesso foi tão grande, que direcionou os produtores de Tomé-Açu a dedicarem-se quase que exclusivamente ao cultivo do futuro “Diamante Negro”, chegando inclusive a aumentar suas áreas de plantação, visando explorar mais eficientemente o filão que surgia (CAMTA, 2009).

Conforme dito, este sucesso não surgira do nada: de fato, estava profundamente enraizado numa situação internacional bastante peculiar, na região do pacífico. Ocorre que os campos de produção de pimenta na região – a saber, Malásia, Indonésia e Índia – estavam devastados pelo conflito mundial, de tal sorte que a Índia, que ainda podiam fornecer o produto, preferia concentrar seus esforços em diversificação de plantação para provimento de alimentação interna da população. Desta maneira, o ambiente estava armado para que os tomé-açuenses tomassem de assalto o mercado, e foi o que fizeram quase sem sequer planejarem tal feito; entre 1947 e 1948, 10% da produção mundial da piperácea em questão era exclusivamente brasileira, especificamente, do Pará (TAFNER JÚNIOR, DA SILVA, 2014) . No ano seguinte, o sucesso cada vez maior do produto em questão já torna possível afirmar que os nikkeis na amazônia eram os principais produtores de pimenta-do-reino no país; certamente já eram considerados os primeiros produtores com sucesso de pimenta preta no hemisfério ocidental (CASTRO, 1979).

Quando chegou o ano de 1950, portanto, os auspícios da pimenta já estavam altos, ao ponto de ir estimulando ainda mais as conversas para o retorno da imigração japonesa às terras amazônidas; de fato, o sucesso da pimenta- do- reino, acompanhado do sucesso da Juta no estado do Amazonas, e com expansões para Monte Alegre e Alenquer, no Pará, foi o que incentivou a criação de outras colônias na Amazônia, embora estas tenham tido um sucesso bem variado em suas empreitadas. De qualquer forma, os lucros com a pimenta em si foram tão estrondosos, que neste ano a CAMTA (Cooperativa Agrícola de Tomé-Açu, responsável pela organização geral das produções agrícolas na região) decidiu-se por estabelecer em São Paulo um ponto de venda, decisão esta amparada por uma valorização do quilo da pimenta a 100 cruzeiros, tornando o produto brasileiro altamente competitivo com os produtores internacionais. De fato, não levaria muito tempo até a produção local conseguir prover as necessidades nacionais com folga, abrindo caminho para a futura

autorização do governo brasileiro na exportação direta do produto pela CAMTA.

Também a Juta seguia em alta, como dito, e este produto demonstrou sua força quando o então candidato Getúlio Vargas, buscando retornar nos braços do povo por eleição direta, fazia suas viagens de campanha pelo Brasil. Ao chegar Santarém, prometeu “construir uma indústria de tecido de Juta em Santarém e dar ajuda financeira os produtores” - promessa que o mesmo reforçou quando de sua vitória nas eleições de 1950 (APANB, 1999). O presidente, demonstrando grande interesse pelo plano de Kotaro Tsuji em estabelecer a dita companhia de tecelagem de juta, convocou-o imediatamente para uma entrevista, em março de 1951, em Petrópolis, encarregando-o em seguida da fundação dessa fábrica (HOMMA, 2016). Com as bençãos de Vargas, o Banco de Crédito da Amazônia investiu 3 mil contos no capital da empresa e o Banco do Brasil financiou 20 mil contos. Solicitava também a liberação do preço de venda da juta congelado, comprometendo-se investir totalmente na indústria de tecelagem de juta, cujo resultado concretizou-se com a publicação do decreto estabelecendo preço mínimo para as safras de 1951/52 (O LIBERAL, 1968). E por fim, em mais uma demonstração da ascensão nikkei nas terras amazônicas, também foi neste ano que Yoshio Yamada retornava à Belém do Pará para iniciar um Comércio de importação de peças agrícolas e fertilizante, materiais que seriam utilizados diretamente nas produções crescentes em Tomé-Açu. Este comércio se tornaria uma grande loja de varejos chamada de Y. Yamada, gigante comercial no Pará e entornos por muitas décadas (FERREIRA, 2012).

Como se vê, a situação dos nikkeis na Amazônia mostrava-se claramente equilibrada, bem diferente do estado em que estes se encontravam ao fim da 2ª Guerra Mundial. Tanto por fatores nacionais como internacionais, os nipo-brasileiros na Amazônia viram-se em uma situação bastante vantajosa para o desenvolvimento de sua agricultura, e

souberam manejá-la com maestria. Os anos seguintes se mostrariam ainda mais prósperos para estes imigrantes e seus descendentes.

1.4 - A juta e os nikkeis nos anos 50

Durante o começo dos anos 50, a imigração japonesa ainda não havia reiniciado, nem na Amazônia, nem no Brasil em geral. Esta só recomeçaria em 1953, graças a um acordo capitaneado por Kotaro Tsuji, feito com o então presidente Getúlio Vargas. Este recomeço, no entanto, não foi algo que surgiu do nada, ao menos não de um ponto de vista econômico; pois o principal ponto deste acordo com Vargas previa um recomeço de imigração voltado diretamente na produção de Juta na Amazônia. 5000 famílias foram autorizadas a entrar na região Norte, tanto para um esforço de se recomeçar a produção de Juta, quanto para se iniciar um processo de ocupação e desenvolvimento da região; esta política de integração da Amazônia e de ocupação das áreas de fronteira estavam entre as prioridades do novo governo de Vargas, uma busca em se “promover desde logo, incentivos de qualquer natureza para que a iniciativa privada tivesse condições de implantar os empreendimentos, voltados para o desenvolvimento da sociedade amazônica” (MUTO, 2011)

Conforme citado anteriormente neste mesmo artigo, a escolha por uma produção deste tipo de material não veio do nada; ao fim da década de 30, houve um grande boom da juta nas mãos dos imigrantes japoneses em Parintins (HOMMA e FERREIRA, 2011) . De fato, tal sucesso econômico rendeu, por exemplo, um lucro de 100% nas mais de 60 sacas de juta produzidas, algo que começou a criar uma “febre” na busca pela produção da fibra, que foi infelizmente interrompida pela Segunda Guerra Mundial (ASSOCIAÇÃO, 1999)

Com esses dados em mente, não é difícil entender o porquê do entusiasmo em se querer retornar à produção de Juta; contudo, a questão da estruturação deste negócio foi um pouco diferente do movimento

anterior. Agora, a produção de juta se reiniciaria com uma indústria em Santarém, dedicada à formatação da fibra para venda no mercado nacional e internacional (ASSOCIAÇÃO, 1999). Além disso, ela seria um pontapé inicial para o começo do processo de imigração japonesa na Amazônia e no Brasil como um todo, em verdade; uma responsabilidade simbólica um tanto grande, que foi de certa forma testada por algumas deserções de colônia que aconteceram logo no começo, devido às condições bastante delicadas do ambiente de trabalho reservado aos imigrantes para a região, e algumas situações naturais dentro da região, não esperadas pelos organizadores do processo de imigração, e que a primeira leva dos imigrantes não soube lidar, até pelo fato de grande parte desses imigrantes não serem realmente lavradores per se (MUTO, 2010). Por exemplo, a grande enchente de 1953, que invadiu terrenos e arrastou propriedades, plantações e casas dos colonos, cobrindo completamente a terra, transformando-a em lodo e dificultando plantações de subsistência, além de enfraquecer o gado criado para sustento próprio dos colonos (HARADA, 1999) .

Apesar de tudo, esse foco na produção de Juta obteve um bom sucesso, em parte graças ao mercado internacional abalado pelo cenário pós-guerra. Seu impacto não foi restrito apenas aos imigrantes que nela trabalharam: Até recentemente, o produto era lembrado pelos moradores mais antigos pela disponibilidade de crédito e pela possibilidade de melhorar as casas e adquirir bens como rádios e canoas (WINKLERPRINS, 2006). Entretanto, pouco a pouco a juta foi sendo substituída pela fibra sintética e isso, junto com as diversas intempéries ocorrendo na região (como enchentes, fuga de colonos para outras áreas, e a própria queda do preço da fibra em si) foi pondo fim à produção da mesma. Os colonos japoneses, foram gradativamente abandonando o plantio de juta, pela perda da rentabilidade, passando para os ribeirinhos e mudando-se para outros locais e atividades mais rentáveis (HOMMA, 2003) .

Assim foi a situação da Juta na Amazônia, no que concerne os

nikkeis e os imigrantes japoneses da nova leva migratória: resultados um pouco controversos, embora tenha sido uma força incentivadora do recomeço migratório. Havia, contudo, a pimenta-do-reino ainda como um segundo incentivador migratório e elemento de força econômica para este grupo, e sua situação demonstrou-se um pouco diferente do que vemos aqui.

3 - A pimenta-do-reino e os nikkéis nos anos 50

O caso da pimenta-do-reino e os nikkéis, é de fato uma situação bastante peculiar, não só dentro do histórico da imigração japonesa na Amazônia, como também no histórico nacional desta imigração; ainda mais, se considerarmos os antecedentes deste processo migratório dentro da região em geral. Isso porque, da mesma maneira que o recomeço da imigração nipônica no Brasil tem uma ligação direta com um plano de se recomeçar a produção da Juta, também a economia da pimenta teve um impacto bastante forte a nível nacional, embora aqui este seja mais de razão econômica que mais ligado com acordos políticos migratórios, embora também tenha influenciado de certa forma o fluxo na região.

Ocorre que a pimenta, produto já em alta desde o fim da década de 40, estava realmente com um bom suporte de mercado internacionalmente, ao ponto da então colônia de Tomé-Açu, que estava focada na produção do piperáceo, ser considerada o principal produtor mundial do condimento. De fato, haviam planos por parte da CAMTA para uma expansão de pontos de venda do produto, aproveitando esta onda de sucesso, em São paulo já em 1950 (CAMTA, 2009) ; em 1954, a produção de pimenta nas terras amazônicas cobria completamente a demanda do consumo nacional, e como resultado disto os contingentes de imigrantes seguiam para Tomé-Açu buscando o grande sucesso econômico ocorrendo ali (TAFNER JÚNIOR e DA SILVA, 2014) . .

Sim, os lucros estavam em ascensão meteórica. Mas o verdadeiro auge da pimenta preta deu-se entre 1955 e 1957; neste período, o lucro

mais que duplicou a cada um dos anos, chegando-se em 1955 a um faturamento anual de mais de 5 vezes maior que o lucro em 1952, por exemplo . Este lucro intenso teve suas consequências positivas e negativas; o dinheiro do lucro foi usado para investimento numa série de estruturas para auxiliar a venda, estoque e produção de pimenta, bem como a construção de algumas estruturas dentro da própria cidade de Tomé-Açu. Tratores e materiais agrícolas vindo de São Paulo e trazidos por barcos até a colônia eram uma visão comum neste período; desta maneira, a colônia caminhava de modo cada vez mais forte para a monocultura, com grande aumento da produção e da renda, sendo todos os insumos comprados dedicados à pipericultura e a sustentação desta produção.

Pelo lado negativo, tem-se que a bonança teria deixado a diretoria bastante leniente com o controle de gastos, algo que se mostraria desastroso quando a pimenta teve uma queda bruta de preços em 1957. Aqui, mais uma vez, a existência da CAMTA foi providencial, quanto mais não seja para poder reorganizar a então colônia numa estratégia de recuperação econômica.

A recuperação do período de crise e subsequente “manejo” da pimenta enquanto principal produto local, deu-se de maneira bastante notável, demonstrando a importância da cooperativa neste novo momento. De fato, a intercessão da CAMTA pelos produtores junto aos poderes públicos foi um diferencial na época, que pode ter sido definidor para os desenvolvimentos subsequentes na região, e certamente foi providencial para a fundação do município de Tomé-Açu em 1959. Esta vitória política deu-se a partir da importância que a região tomava, para além do município que faziam parte (município do Acará); de certa forma, a própria região ia apresentando cada vez mais infraestruturação próprias, como questões de educação e saúde. A CAMTA, juntamente com cooperados de diferentes localizações dentro da colônia passaram a investir pesadamente nesta infraestruturação, como uma preparação dos

nikkeis para manter o capital conquistado; um efeito disso foi que os filhos dos imigrantes passaram a não mais trabalhar na lavoura e a maioria desta geração foi estudar na capital do estado do Pará, Belém (KATO, 1994) .

Percebe-se, portanto, que a prosperidade na colônia ia aumentando cada vez mais, e que a emancipação da mesma era inevitável. Negociações para que esta separação ocorresse já vinham de longa data; De fato, desde 1955 já deveria existir o município de Tomé-Açu, devidamente autorizado pelo então governador Alexandre Zacharias de Assumpção, com a lei Lei nº 1.127, de 10 de maio de 1955. Entretanto, devido a o supremo tribunal federal ter considerado a lei inconstitucional, foi imediatamente retornado à condição de distrito do Acará. Finalmente, após um lobby tremendo por parte dos produtores de pimenta da colônia, foi fundada a cidade de Tomé-Açu no dia 1 de setembro de 1959. Esta conquista foi importante muito além da questão monetária, embora realmente a cidade do Acará arrecadasse uma grande parte de sua receita através da produção da pimenta-do-reino de Tomé-Açu, sem fazerem muito investimento em troca; conforme mencionado, estradas, saúde e educação eram precários, e a grande parte destas demandas acabavam sendo supridas pela própria CAMTA. Some-se a isso a dificuldade de ir até a sede de Acará requerer qualquer tipo de documentação, e é fácil entender as motivações para a busca desta emancipação.

Quanto ao que permitiu que os nikkéis pudessem alcançar esta emancipação, não é difícil também de entender; a pimenta-do-reino é um fator extremamente importante para alavancar esta mudança, e de fato muitas pequenas mudanças que foram acontecendo antes do surgimento do município. Por exemplo, a campanha pela proibição de importação da pimenta preta de 54-55, que permitiu que a produção de Tomé-Açu fosse consumida integralmente pelo mercado nacional, com larga folga (CAMTA 2009). Ou a licença para venda internacional que foi conseguida em 1957, permitindo a real expansão dos negócios da CAMTA; Todos esses são

excelentes exemplos de como não só a CAMTA possuía uma grande representatividade dentro do Estado do Pará na década de 50, como também que essa representatividade claramente vinha do valor do produto na região. É bem possível que esta importância dada para a pimenta do reino tenha ainda ver com os mesmo fatores que impulsionaram Vargas a apoiar o recomeço da imigração japonesa em 1953, algo a ver com os planos do governo em tentar desenvolver e povoar ainda mais a região amazônica; tais conjecturas, porém, precisariam de mais espaço que o presente propõe-se a alcançar no momento.

CAPÍTULO 2: ANÁLISE DOS JORNAIS

2.1 – Introdução

Conforme explicado na nossa descrição de metodologia, o principal objetivo desta pesquisa foi o de demonstrar como a imagem dos nikkeis na Amazônia teve uma alteração de um parâmetro negativo para um parâmetro não só positivo, mas essencialmente modelar de como se esperava que fossem os outros habitantes da Amazônia, embora ainda, de certa forma, ainda à parte da região. Isso é bastante importante frisar: há nas fontes uma espécie de jogo duplo em relação à situação do nikkei na Amazônia. Se por um lado, há uma postura de frisar suas origens nipônicas, e portanto estrangeiras, há também um esforço de mostrá-lo adaptado à cultura local, muitas vezes ao ponto de tentar mostrar as menores coisas dentro da comunidade nikkei, que fossem ligadas á costumes locais, como uma prova inconteste de integração da comunidade em geral. Ou seja, ainda que entendidos como um grupo à parte da realidade amazônica (e portanto diferentes o suficiente para ter posto em prática as mudanças entendidas como necessárias para ali), os nipo amazônicos eram também considerados integrados o suficiente para considerarem a Amazônia seu lar, e portanto cada vitória e sucesso deste grupo era automaticamente considerado algo ligado intrinsecamente à região.

Esta duplicidade de discursos, muita vezes presente não só no mesmo jornal como também na mesma matéria, é algo que pode talvez ser explicado com a necessidade de valorizar o grupo em questão - algo que, na época, consistiria necessariamente em afastar sua identidade dos locais um pouco – e, ao mesmo tempo, aumentar sua aceitação por parte da sociedade local; ou ao menos, tentar criar uma imagem distante do grupo traidor criado a não muito tempo atrás, na segunda guerra mundial. As distanciamos são bem perceptíveis, porém: são frequentes as expressões “Japão na Amazônia”, “bravos japoneses”, “nipônicos

colonizadores”, etc. Isso denota uma visão destes imigrantes e seus descendentes, ainda que estes tenham nascido em terras brasileiras, como intrinsecamente ligados à terra natal de seus antepassados, sendo esperados deles portanto características ligadas ao Japão daquele período, sem levar em conta influências brasileiras.

Justamente por isso, observa-se um fato curioso: as mesmas condições que antes eram causadoras de desconfiança e preconceito (isto é, a percepção dos nikkeis como estrangeiros e um grupo à parte da Amazônia), foram justamente as características exaltadas neste segundo momento. O que antes era ruim, torna-se algo bom e é mesmo visto como uma qualidade desejável para o período.

Nas páginas que seguirão, iremos demonstrar estes discursos em cada uma das notícias coletadas em pesquisa. Iremos, além disso, conectar um pouco com o contexto histórico destas notícias, para podermos apreender a mensagem que foi passada no artigo em questão de uma maneira mais completa. Por fim, pretendemos, combinado à compreensão desta construção de discurso sobre o nikkei nas notícias coletadas, entender como isso pode ser entendido também como uma variação dos discursos apoiando as políticas desenvolvimentistas regionais que foram intensamente aplicadas pelo governo brasileiro, conforme explicado em um capítulo anterior deste trabalho. Os jornais que examinamos variam de 1952, ano imediatamente anterior ao recomeço da imigração japonesa na Amazônia e no Brasil, até 1959, data simbólica para os nipo amazônicos por se tratar do ano da fundação do município de Tomé-Açu.

Para esta pesquisa, foram escolhidos basicamente quatro publicações de Belém do Pará, a maior capital na amazônia durante o período analisado e ao redor da qual circularam os habitantes da colônia e futura cidade de Tomé-Açu.

Os jornais analisados foram:

a) O Estado Do Pará: O jornal "O Estado do Pará" nasce em 9 de abril de 1911, fundado por Justo Chermont. O jornal era composto de 4 a 8 páginas dependendo do número de ocorrências registradas. Sua função era veicular informações sobre as mais diversas situações vividas em Belém, no Brasil e no exterior. No decorrer dos anos ate 31 de dezembro de 1980, devido a problemas financeiros, o jornal encerra sua circulação com a edição de número 15684. (Catálogo Fundação Cultural do Estado do Pará)

b) Folha do Norte: O jornal Folha do Norte (1896-1974) é um dos mais importantes da história da imprensa no Pará. Com longevidade de 78 anos, foi um dos jornais pelo qual os leitores acompanharam acontecimentos regionais, nacionais e também internacionais. Trouxe em suas páginas a vida política do estado, defendendo o Partido Republicano Federal, liderado por Lauro Sodré, e fazendo oposição à política de Antônio Lemos, do Partido Republicano no Pará.(SEIXAS, SILVA, BRÍGIDA E NUNES, 2013).

c) A Província do Pará: Fundado em 25 de março de 1876, por Joaquim José de Assis (criador, entre outras publicações, do periódico maçom "O Pelicano" e do periódico republicano "O Futuro", ambos em 1872), A Província do Pará circulou como jornal diário por 125 anos. Durante o ciclo da borracha pertenceu ao então intendente de Belém, Antonio José de Lemos, e sua sede era no prédio onde hoje funciona o Instituto de Educação do Pará, e que foi incendiado pelos inimigos de Lemos, em 1912. Em 1947, passou a integrar o grupo dos Diários Associados, tendo sido vendido, em 1997, para o grupo paraense dono da Editora Cejup, à frente Gengis Freire. Foi novamente vendido em 2001, quando deixou de circular. (Catálogo Fundação Cultural do Estado do Pará)

d) O Liberal: é um jornal brasileiro que circula em Belém e maior parte

do Pará desde o ano de 1946. Ao ser adquirido por Rômulo Maiorana em 1966, passou a integrar as Organizações Rômulo Maiorana (ORM), que atualmente é um dos maiores grupos de comunicação do Brasil. É considerado um dos veículos mais lidos do Estado e o único jornal com prêmios internacionais no Norte/Nordeste. A tiragem média do jornal é de 40 mil exemplares durante a semana, batendo o número de 87 mil aos domingos, colocando O Liberal como o jornal com o maior número de tiragens entre o Norte e Nordeste do país. (Website oficial do Jornal)

A razão da escolha destas mídias impressas provavelmente faz-se evidente pela descrição de cada um dos periódicos; são eles os mais representativos dentro das regiões a que pertencem. Os quatro jornais são os mais lidos pela população belenense, considerando-se assim que estes impresso tem, portanto, uma maior influência e impacto dentro da região; além disso, sendo estes os principais jornais lidos na capital amazônica durante aquele período, estes jornais perpassavam ao resto do Estado um ponto de vista mais voltado à compreensão nos centros urbanos dos acontecimentos da região. Todos os jornais utilizados têm, portanto, uma representatividade marcante em suas regiões, garantindo assim seu papel enquanto fontes para análise dos discursos que foram mencionados anteriormente.

Quanto à nossa decisão de focarmos em Tomé-Açu, é necessário fazer algumas observações. Embora falemos sobre os imigrantes no Amazonas em nosso capítulo explicando a situação dos nikkeis na região, optamos por não analisar as fontes impressas do local, porque acreditamos que a construção de imagens sobre os nikkeis é suficientemente bem demonstrada nestes jornais abaixo citados. Além de que pretendemos analisar esta imagem em associação com uma demonstração de força política tão intensa quanto foi a criação do município de Tomé-Açu. Como não nos foi possível encontrar uma demonstração similar de importância política no caso do Amazonas, nos

mantivemos analisando somente esta região em si, que apresenta uma situação muito especial de se abordar. De fato, o caso de Tomé-Açu se destaca na questão da representatividade que mencionamos, porque a própria fundação da cidade é uma demonstração prática do status dos nikkeis na região, de seu “positive minority status”. Os nipo amazônicos conseguiram valer-se de sua imagem mais elevada para obter a emancipação da região, e elevação de colônia para um município, com o total apoio do governo do Pará, conforme veremos mais á frente. Este fato já qualificaria o caso dos nikkeis em Tomé-Açu como algo com mais elementos a se investigar; contudo, há ainda mais uma coisa a ser explanada aqui.

Trata-se da profundidade do impacto que esta comunidade gerou na região. Para além dos fatores econômicos que tratamos anteriormente, há uma série de impactos culturais que não podem ser ignorados, posto que acabam sendo antecedentes claros em cima da imagem dos nikkeis na Amazônia dos anos 50; estes impactos, sejam de ordem agrícola, cultural ou meramente estética, armaram todo um preâmbulo em cima do qual foi possível montar a nova imagem da Colônia nipo-brasileira, tão logo isso foi entendido como necessário. Aliás, mesmo num momento anterior à década de 50, há indícios de um posicionamento, particularmente da imprensa, em se tender os nikkeis como um povo isolado, mas perfeitamente capaz de desbravar a Amazônia agreste. Evidentemente, estes discursos cessaram com o advindo da 2ª Guerra Mundial, e também não eram em nada similares em intensidade, quanto o foram na década de 50; contudo, eles existiam, e é possível argumentar que eles eram prévias destes outros discursos, apenas reforçados neste momento com a ascensão da pimenta-do-reino e da juta na Amazônia. Isso é algo que ainda deve ser investigado com maior afinco, em um momento futuro.

Em relação ao método de organizar as notícias, gostaríamos de apresentar uma breve nota. Inicialmente, pensou-se em organizar tudo ano a ano das notícias dos anos cinquenta que foram coletadas. Esse

procedimento demonstrou-se equivocado. Não só percebeu-se que estávamos mais montando uma linha do tempo que realmente uma estrutura para análise de fontes, como a própria ideia central que se buscava destacar com esta abordagem, perdia-se em meio a um grande número de notícias que poderiam parecer desconexas a não ser por falarem de nikkeis, e portanto falhando em demonstrar o processo de construção da imagem social. Pensou-se também, em organizar esta seção em tipos e formas de imagens sociais do nikkei apresentadas nas mídias impressas. Esta abordagem, embora desse um foco entendido por nós como necessário, para as construções sociais, também foi rejeitada por não demonstrar muito bem o pano-de-fundo histórico onde foram escritos estes jornais. O problema, ironicamente, é o reverso do arranjo anterior: enquanto a organização anual acabava dispersando muito o plano geral da análise pretendida, esta organização dos dados tal como pensamos acabou dando uma ênfase exagerada nos discursos dos jornais, e pouca menção e espaço ao período histórico aonde estas notícias existiam.

Assim, optou-se por uma organização baseada em mini-períodos internos à década de 50, ao redor das datas importantes para os imigrantes japoneses e nikkeis em geral na Amazônia. Para tanto, utilizamos o excelente cronograma do livro *70 anos da imigração japonesa na Amazônia* e o cronograma no livro de Shozo Motoyama, *Do Conflito à Integração*. Além disso, usamos os escritos de Alfredo Homma, Reiko Muto e Francisco Rodrigues da Silva Neto. Com esses trabalhos, nos foi possível montar uma organização que, a nosso ver, atendeu ambas as necessidades para esta análise; o resultado foi bastante satisfatório, conforme demonstraremos a seguir. Antes porém, observaremos brevemente os periódicos amazônicos em geral.

2.2 – Análise geral dos jornais coletados

Uma vista rápida nos impressos analisados é algo necessário para termos uma visão mais geral do que nos apresenta os jornais, e portanto podermos tecer algumas conclusões. A seguir, destacamos alguns pontos que acreditamos serem dignos de ter em mente ao lermos as notícias.

Em primeiro lugar, a visão dos jornais a respeito dos outros imigrantes. Como o trabalho que fazemos aqui é sobre os nikkeis, pode parecer a um determinado leitor que temos uma visão “enviesada” a respeito de nosso tema de estudo, projetando aos jornais uma visão dos japoneses como exemplos, em detrimento de outros grupos e dos próprios nativos da região. Esta opinião pode ser desarmada quando observamos as reações dos periódicos em relação a dois outros grupos do período, a saber, cearenses e italianos. Em uma mesma edição (de fato, na mesma página da edição), temos uma matéria pondo a figura dos imigrantes cearenses como “animais lançados ao chiqueiro” (PROVÍNCIA, 1953), ou seja, como uma problemática a ser resolvida; e logo em seguida, uma matéria exaltando os méritos dos japoneses como colonos merecedores de premiações e homenagens (PROVÍNCIA, 1953).

Esta postura de julgamento dos grupo migratórios está longe de ser apenas uma instância na questão. A edição de 08 de Janeiro de 1953 da mesma Província do Pará tem em si um artigo intitulado “Anomalias Imigratórias”, onde há uma crítica ao retorno à pátria de italianos que teriam imigrado a São Paulo no momento pós-guerra. Na visão do jornal, os italianos só podem ter retornado porque não apresentavam capacitação suficiente para contribuir à economia local (PROVÍNCIA, 1953). A mesma matéria põe em cheque a necessidade de se investir na vinda de imigrantes estrangeiros, quando o dinheiro poderia ser aplicado para apoiar os nordestinos migrando para a Amazônia. Ou seja, o julgamento para a vinda de grupos estrangeiros se limitava à esses grupos (e outros a serem mencionados mais tarde), mas não ao japonês, que por essa época

já estava encaminhado a trabalhar na região.

O ponto principal é: estes discursos mais agressivos, ou no mínimo mais enfáticos em sua postura crítica, não são encontrados em nenhuma matéria sobre os japoneses, à exceção de uma que critica um grupo de japoneses vindos à região que “fugiram” de suas responsabilidades no interior e foram vender “bugigangas” nos centros urbanos (FOLHA VESPERTINA, 1954), o que abre um precedente interessante no sentido de que a imagem positiva dos nikkeis mantêm-se até o momento que eles “descumpram” as atividades que são esperadas deles. Contudo, esta é apenas uma notícia entre muitas: a grande maioria das vezes, os japoneses encontram-se apresentados de maneira largamente positiva, ou quando muito apenas de forma neutra.

Em segundo lugar, é preciso que falemos algo que remete à exceção que citamos acima: a questão do foco no parâmetro econômico, quando lidando com os nikkeis na Amazônia. Quando falamos de um movimento migratório, em geral tendemos a considerar toda uma gama de fatores que este movimento em particular ocasiona, bem como quais fatores dentro desta questão foram os principais impulsionadores para seu acontecimento. Tais preocupações não acontecem nas matérias verificadas a seguir. Qualquer uma delas apresenta um conteúdo completamente voltado para a questão econômica, ou quando muito política. Qualquer indício de verificação de impactos culturais ou sociais são deixados completamente nas entrelinhas dos textos jornalísticos, embora seja bem verdade que estas abordagens ressaltam-se mais perto de 1959. De qualquer forma, isso aponta para uma abordagem mais baseada em ganhos que a região poderia ter com esses imigrantes, do que realmente em uma reflexão sobre a troca intercultural possível de ser feita ali. Ao contrário, como vimos, era talvez até mesmo uma política editorial, tentar sempre demonstrar algum elemento que os japoneses em si tivessem absorvido dos paraenses e brasileiros. E quase nenhum esforço para demonstrar como os nikkeis possam ter influenciado a sociedade - exceto

pelo âmbito de sua agricultura, e portanto de novo num caráter econômico.

Isso nos leva ao próximo ponto, que demonstra o seguinte: Não há, em verdade, uma repetição extrema de matérias sobre nipo-brasileiros na Amazônia nos jornais da região. Evidente que, quando ocorrem fatos que garantem uma cobertura mais profunda dos jornais (e estes anos são característicos, como por exemplo 1953, 1959, etc), os periódicos se permitem uma abordagem mais numerosa e profunda do processo de migração dos japoneses ao Pará, festividades sendo planejadas, etc. Contudo, estes momentos só ocorrem quando o momento é orgânico para tal. Em geral, o tema “nikkeis na Amazônia” não parece ter sido algo que garantisse uma quantidade excepcional nos periódicos estudados.

Em teoria, este fato poderia pôr em risco toda a nossa afirmativa dentro deste projeto, afinal, se não há um número de repetições de um certo tema nos periódicos, qual a necessidade de analisar esses discursos? A resposta está na representatividade destas citações nos jornais, e nas vezes que eles não são citados também. Conforme vimos, os grupos migratórios eram visto pela imprensa paraense com um olhar, no mínimo, bastante crítico de suas funções – À exceção dos japoneses na Amazônia, que parecem ser poupados constantemente dos criticismos. Em nosso ponto de vista, isso torna este grupo dentro de um status positivo mesmo quando não citado, de sorte que podemos averiguar nos jornais a intensidade deste status quando temos as matérias para analisar.

2.3 – Análise detalhada dos discursos nos jornais coletados:

Conforme dissemos anteriormente, os jornais a serem analisados se concentrarão no período de 1952 a 1959, respectivamente um ano antes de reiniciar a imigração japonesa na Amazônia e no ano de fundação da cidade de Tomé-Açu. Em relação a isso, cabe dizer que o período teve sua quantidade maior de publicações em 1954, quando houve uma grande

campanha para a emancipação da colônia em município, já que estava ocorrendo um processo de redivisão territorial no Estado. Os Jornais analisados fizeram forte campanha para que o governador da época, Alexandre Zacarias de Assumpção, procedesse com os trâmites da emancipação, mas a coisa toda não foi em frente graças ao STF ter declarado a lei que os transformava em município inconstitucional ; de qualquer forma, a grande campanha para que a colônia pudesse emancipar-se pode explicar a quantidade maior de artigos sobre Tomé-Açu e sobre os nikkeis em geral. Isso nos pareceu surpreendente quando comparamos o segundo e terceiro lugares em quantidade de artigos, que vem a ser 1953 e 1959. Ora, são estas datas bastante significativas para os nipo amazônicos: trata-se do recomeço da imigração na região e da fundação concreta de Tomé-Açu enquanto município, de sorte que esperava-se encontrar uma quantidade tão grande ou maior de matérias nestes anos. Contudo, não foi exatamente o caso, e não se tem nenhuma hipótese mais firme sobre o porquê dessa discrepância. Possivelmente o destaque maior que a região estava tendo em 1954, com uma produção de pimenta em quase 1 tonelada (HOMMA, 2007) pode ter contribuído para uma divulgação mais massiva neste ano que, por exemplo, em 1953, quando ainda se estava vendo quais seriam os resultados concretos do recomeço da migração japonesa. Mas a produção de 1959 foi de mais de 2 toneladas, e somado a isso foi o ano da própria criação do município, com festividades e presença do governador; era de se esperar uma cobertura mais intensa deste período que o de 1954. Esta é uma incógnita que não nos foi possível resolver durante esta pesquisa.

Os jornais da época não se dividiam em cadernos, exceto aos domingos, quando havia um caderno especial para “assuntos femininos” (moda, costura, etc), e um outro para assuntos literários, com publicação de críticas de livros, crônicas, e poesias. Em geral, no entanto, os periódicos dividiam-se em um caderno único de 8 a 10 páginas, com os destaques mais importantes reservados à frente do caderno, e outras que

parecem ter sido consideradas importantes mas em grau menor ficavam reservadas para a folha final dos jornais, com as matérias continuando seu texto dentro das folhas 4 ou 6, conforme a necessidade.

Esse esquema era comum a todos os jornais da década de cinquenta em Belém do Pará, alterando-se apenas o foco maior ou menor em determinados tipos de notícias. A esse respeito, percebeu-se que os jornais “Estado do Pará” e “Folha do Norte / Folha Vespertina” (o segundo nome denotando a edição vespertina do mesmo jornal) parecem dar mais destaque à questões internacionais que nacionais e locais, reservando em geral a última folha para notícias brasileiras, ou seja, um destaque é dado, mas não com uma carga de importância tão forte assim. Isso mostra-se muito interessante quando vamos analisar a postura destes jornais em específico para com os nikkeis na Amazônia; grosso modo, a maior parte das notícias sobre este grupo nestes jornais, encontraram destaque senão na folha frontal, certamente na folha posterior do periódico, o que parece asseverar a importância tanto da matéria para o editorial, quanto dos nikkeis sendo reportados dentro dessa matéria.

Seguindo um caminho oposto, os jornais O Liberal e Província do Pará são bastante focados em assuntos locais em primeiro lugar, e nacionais/ internacionais em segundo, com estes dois últimos dividindo o espaço e o grau de importância dentro das publicações. Nestes jornais, foi mais comum encontrar as notícias sobre os japoneses na primeira página, embora em geral não hajam muitos desenvolvimentos da matéria para outras páginas, exceto em casos de festividades ou datas especiais.

Em relação a números de escrita de artigos , cabe-nos dizer que a Província do Pará possui uma quantidade muito maior de matérias a respeito dos nikkeis que a Folha do Norte, talvez mesmo por seu foco ser mais local que nacional/internacional. Apesar disso, a produção de matérias da Folha do norte é muito mais espaçada que a da Província, que parece ter focado a maior parte de seus artigos sobre os nikkeis na Amazônia durante o ano de 1954. De fato, o jornal parecia ser um dos

maiores partidários possíveis para a criação do novo município, com matérias destacando o avanço dos nikkeis na região, e seu merecimento de possuírem um município próprio, por terem tanto contribuído ao crescimento do estado do Pará.

Em contrapartida, a Folha do Norte concentrou-se bastante em 1959 com este tipo de matéria mais elogiosa aos japoneses, não demonstrando tanto apoio na questão de 54, embora certamente estivesse a favor da criação do mesmo, como demonstram seus artigos da época. Novamente, talvez por causa de seu foco ser maior em questões nacionais e internacionais que locais (À exceção de editoriais condenando certas práticas políticas dos governadores da época e das matérias policiais), não percebemos muito destaque à questão nikkei por parte deste periódico, embora ele estivesse bastante atento à migrações em geral, particularmente os cearenses fugidos da seca. Contudo, a opinião sobre o nikkei era essencialmente a mesma do outro periódico.

Dito isso, houve alguns anos do período de tempo analisado que não foi possível encontrar em nenhum dos periódicos referências aos nikkeis: são estes os anos de 1957 e 1958. Uma breve observação na bibliografia demonstra que, na Amazônia, o período foi de baixa intensidade de eventos, destacando-se apenas a inauguração da Associação Pan Amazônica nipo-brasileira em 1958. De resto, não parecem ter ocorrido grandes eventos ou crises consideradas interessantes o suficiente para serem noticiadas pelos, embora por este período já parecem ter casos iniciais da peste *fusarium*, que a partir de 1962 causaria em grandes perdas de produção, redução do ciclo produtivo da cultura de 20 anos para 6 a 8 anos (MUTO, 2010). Contudo, esta crise não se demonstraria por completo até muito depois deste período; de sorte que não haveria porque noticiar aqui algo que talvez parecesse menor naquele tempo.

Também não faremos a análise dos períodos de 55 a 56, embora tenhamos encontrado algum material a respeito disso nos jornais. Entretanto, o material era bastante parco e não envolvia muito os temas

da pesquisa em questão, embora falassem um pouco sobre os nikkeis na região, apesar de não ser o foco da matéria. Desta forma, preferimos pular estes dois anos e seguir diretamente para 1959, para fins de análise geral.

A seguir, iniciaremos a análise das notícias coletadas destes periódicos. Conforme dissemos anteriormente, pensamos ser mais prático e mais produtivo dividir as mesmas em breves intervalos de tempo contidos no período maior que investigamos ao longo deste projeto. Como alguns anos possuem, por natureza, mais notícias que outros, optamos por analisar estes de maneira individual, enquanto outros que possuem uma carga menor de notícias serão analisados em grupo. As análises serão baseadas numa percepção geral do período separado como introdução, seguidas de análises individuais de cada notícia coletada, destrinchando o que se apresentou ao começo da análise.

3.2.1 - 1952 a 1953:

As notícias do período tendem a ser basicamente envolvendo a preparação para imigrantes que estavam a caminho da região, de uma maneira ou de outra. Enquanto as matérias de 1952 demonstravam os trâmites para a chegada desses imigrantes e quais as condições necessárias para que estes viessem, os escritos de 1953 parecem concentrar-se em querer demonstrar como os nikkeis que já se encontravam na região, estavam seguindo um caminho de sucesso e de relativa integração. Não só os escritos, na verdade: aparentemente havia toda uma atmosfera na capital paraense de se e buscar demonstrar o valor dos nikkeis na Amazônia, seja com consagrações a figuras nikkeis locais de representatividade, seja com exposições de filmes japoneses pós-guerra.

Ao mesmo tempo, há uma preocupação em aproximar esses japoneses imigrantes da população local, seguindo a interessante

dicotomia por nós citada anteriormente. Muitas notícias (e não só em 1953) tendem a apontar o imigrante como plenamente adaptado às condições adversas presentes na Amazônia, e não raro apontam alguma atividade nativa adotada pela comunidade nikkei local como prova de uma integração. Outra estratégia é tentar buscar dentro das atividades próprias dos nikkeis algo que se assemelhe ao que se entende como padrão da sociedade local, e faz-se uma ponte, por vezes forçada, entre os dois grupos. Importante dizer que esta postura é inteiramente paralela à uma tentativa de demonstrar também, que o imigrante japonês tem um diferencial característico seu, que lhe permitiu “domar” a terra selvagem e prosperar com sua produção. Ou seja, ao mesmo tempo que se buscava uma aproximação com a sociedade local, ela não poderia ser completa: seria necessário haver sempre um certo distanciamento dos nikkeis, para poder haver uma forma de demonstrar seu diferencial dos nativos, ao sucederem na Amazônia. Não se pode esquecer, afinal, que a opinião dos intelectuais, governo e jornais a época acerca das práticas econômicas locais eram bastante baixas; de fato, o documento-base da SPVEA o apresenta como um dos fatores que estariam segurando o avanço da região, posto que “a sobrevivência dos hábitos e concepções de trabalho e da organização social do ciclo extrativista, cuja produtividade econômica tornou-se insuficiente para a sua manutenção como sistema econômico” (SPVEA, 1954). Nesse contexto, afastar o japonês da região de uma associação com estas práticas seria salutar, na visão da época; mas ao mesmo tempo, era interessante aproximá-lo o máximo possível dos habitantes, para não haver um conflito de interesses quando da chegada desta nova leva de imigrantes.

Ao mesmo tempo, havia um interesse, é claro, em se preparar o terreno na região para as imigrações vindouras; na matéria *Fome de braços* o jornal Folha do Norte aponta a necessidade da entrada do “elemento estrangeiro” para o desenvolvimento da região, buscando tornar o país competitivo num cenário internacional. Importante perceber

que esta matéria foi publicada em 1952, um ano antes então do recomeço da imigração japonesa no Brasil.

Figura 1: Matéria *Fome de Braços*

Fonte: *Folha Vespertina*, 05/06/1952

Também era necessário afastar a imagem do imigrante japonês vindouro com a de outros imigrantes que estavam chegando à região; na matéria de 01 de janeiro de 1953, a *Folha do Norte* noticiou a chegada de uma leva de 700 imigrantes cearenses, fugidos da seca. Estes tinham como destino a localidade de Peixe-Boi, município do interior do Pará. A matéria, embora demonstre um tom genuinamente piedoso com estes imigrantes, não deixa de apontar como estes eram “pobres coitados”, e que só ali estavam para fugir de suas mazelas, não para auxiliar no que quer que fossem os planos de desenvolvimento regional (FOLHA, 1953)l.

Abordagem semelhante também apresenta a Província do Pará com a matéria *Rumo à Amazônia a maior e mais miserável leva de imigrantes* (PROVÍNCIA, 1953), aonde novamente há uma postura bastante assistencialista em relação a estes imigrantes, com o jornal cobrando uma posição do governo do estado para ajudar os cearenses, mas sempre com um discurso de diminuição dos mesmos: em dado momento, a matéria compara os imigrantes com “animais lançados ao chiqueiro, com o corpo

coberto por uma roupa toda esfarrapada”. Essa é uma abordagem mais agressiva, mas bastante significativa dentro do discurso de diminuir os outros grupos migratórios na região, aumentando assim a representatividade dos nikkeis. Em matéria publicada no dia 04 de janeiro de 1953, a Folha do Norte publicou uma matéria intitulada *Duas necessidades capitais para o início do plano para valorização econômica da Amazônia*, onde foi afirmado que “não há exemplo de adaptação dos colonos estrangeiros em nossa região, isto é, do homem do campo como necessitamos. **Exceto os nipônicos**, outros colonos estrangeiros são refratários aos trabalhos das indústrias extrativistas, das lavouras, da pecuária, preferindo os centros urbanos para onde não há necessidade de imigrantes” (FOLHA DO NORTE, 1953) [grifo nosso]

Figura 2: Matéria da Província do Pará sobre os imigrantes cearenses

Fonte: Província do Pará, 01/01/1953

Figura 3: Matéria da Província do Pará sobre os imigrantes cearenses

Fonte: Província do Pará, 01/01/53

Ou seja, o imigrante estar num ambiente urbano, como era o desejo da maioria que rumava ao Norte, era algo considerado problemático para a sociedade paraense dos anos 50. Era seu desejo que estes grupos fossem ao campo, e colonizassem a região, tal qual fizeram os nipônicos. O grifo que demos no excerto da matéria demonstra claramente isso: uma das principais vantagens do imigrante japonês seria manter-se no campo e desenvolver regiões onde não havia “população” nenhuma, excluindo-se os nativos que não eram considerados pela sociedade.

Em larga contrapartida aos discursos feito sobre os imigrantes nordestinos, a visão sobre os imigrantes japoneses é amplamente positiva: na mesma edição onde os cearenses são chamados de “miseráveis”, há uma notícia sobre uma homenagem aos colonos japoneses da região, pelo consulado norte-americano de Belém. Esta é uma demonstração clara da preferência que se tinha por um determinado perfil de imigrante para a região.

Figura 4: matéria falando da homenagem aos colonos

Fonte: Província do pará, 02/01/1953

É desnecessário dizer que os japoneses são tratados de maneira bastante diferente da citada acima. A Província do Pará de 08 de Janeiro de 1953 já deixa bem claro seu posicionamento a partir do título da notícia: *Tomé-Açu, uma colônia agrícola modelar*. Neste artigo, são exaltadas as estruturas na colônia, com seus campos de beisebol (citado como “O mais importante centro do esporte em todo o Norte do Brasil”), suas escolas, e suas plantações, evidentemente. Em relação às escolas, é interessante ver como a matéria tenta sutilmente cita as crianças japonesa e brasileiras estudando lado a lado, numa medida de tentar mostrar uma população rumo a uma integração com os brasileiros locais, ainda mais quando ele cita o fato das famílias dos nikkeis serem similares à dos paraenses; ipsum literis, o texto afirma que “a vida do colono japonês, como a do nacional, é quase exclusivamente familiar”. Ou seja, há aqui um esforço de aproximar o cotidiano nikkei do paraense, um esforço bem direto, diga-se.

A matéria conclui elogiando a produção de pimenta do reino e agave da colônia, bem como exaltando a força dos colonos contra a “pobreza da

terra” em suas plantações, corroborando nossa visão sobre a tentativa de demonstrar a Amazônia como uma terra indomável, e os japoneses imigrantes como o grupo que enfrentou o desafio sem pestanejar, e conseguiram com isso grande sucesso. Essa visão do nikkei domador da terra agreste se repetirá mais tarde, ao longo da década de 50, sempre associando Tomé-Açu como este modelo do que pode o nikkei conseguir alcançar com seu trabalho.

Figura 5: Matéria intitulada *Tomé-Açu – Uma colônia agrícola modelar*

Fonte: Província do Pará, 08/01/1953

3.2.2 - 1954

Separamos o ano de 1954 por um motivo que talvez não pareça perceptível à primeira vista, mas que ficara bem claro à medida que fomos expondo as matérias aqui. Ocorre que este foi o ano, conforme dissemos acima, onde houve a maior quantidade de matérias escritas de nossa pesquisa; e cada uma delas com um intuito muito claro de contribuir com a campanha de criação do município de Tomé-Açu no ano corrente.

Naquele ano, estava em discussão a criação de uma série de novos municípios no estado do Pará, entre eles o de Tomé-Açu, cujo lobby para emancipação vinha já desde meados de 1952. Houve uma intensa propaganda para que esta emancipação ocorresse, usando as plantações de pimenta e o sucesso dos nikkeis na região como motivo para este movimento. A separação acabou realmente ocorrendo, em 11 de março de 1955, pela lei 1127, que instituía a criação não só de Tomé-Açu, mas também de uma série de outros municípios. Essa Lei, no entanto, foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em 20 de outubro de 1955; com isso, Tomé-Açu foi novamente reintegrada ao município de Acará. Os tomeaçuenses, não conformados, continuaram lutando e se organizando politicamente com vista a autonomia local. Os habitantes do distrito de Tomé-Açu e a população da cidade de Acará criaram um clima de animosidade entre si e evitavam até mesmo se visitarem devido ao mútuo antagonismo reinante (PREFEITURA DE TOMÉ AÇU, 2009).

Independente do resultado final, porém, os jornais apostavam fortemente na criação deste município, muito mais do que em qualquer outro município novo que estivesse a ser representado por essa lei. De fato, em todos os jornais que esta pesquisa coletou durante este ano, em nenhum momento foi vista qualquer menção aos novos municípios de Aveiro, Bagre, Boa Vista de Iririteua, Bonito, Jacundá, Limoeiro do Ajurú,

Melgaço, Peixe- Boi, entre outros; havia uma preocupação exclusiva em tratar dos méritos de Tomé-Açu em ser um município emancipado. O motivo é evidente : este era o principal município em potencial, interessante aos olhos da sociedade paraense, com sua produção exacerbada de pimenta-do-reino e crescimento a olhos vistos.

Veremos a seguir que os jornais parecem ter um discurso bastante voltado para uma espécie de grande dívida da sociedade brasileira para com os imigrantes japoneses, tanto em relação à sua produção agrícola (que, de resto, seguia independente das vontades e planos do governo federal), como também por eles serem os desbravadores das terras que ocupavam. Mais de uma vez durante estas notícias há citações sobre a coragem e empenho dos japoneses em fazer render terras tão “brabas” quanto as que eles habitam.

Isso é interessante porque demonstra algo que talvez não fosse tão perceptível em uma primeira instância: a admiração à comunidade nikkei na Amazônia possuía um caráter tanto amparado em seus sucessos econômicos, como com sua própria capacidade de sobreviver à região amazônica, da melhor forma possível. Lembramo-nos aqui do texto de Araújo Lima, quando ele diz que “a parcimônia alimentar dos nossos caboclos reduz, num paralelo que se impõe, o mérito da sobriedade japonesa: o nipônico come pouco, mas fá-lo regularmente; o nosso caboclo, que é capaz de comer despropositadamente, em geral come pouco e irregularmente, jejuando por dias e semana” (ARAÚJO LIMA, 1937).

Este texto, mesmo tendo sido escrito muito antes da segunda leva de imigrantes japoneses à Amazônia, é uma demonstração perfeita do tipo de raciocínio vigente nesta época: O que o caboclo faz, o nipônico pode fazer de maneira melhor, mais comedida, e com melhores resultados – ainda que seja o próprio ato do jejum, forçado ou não. Comparado negativamente com o nipônico, o caboclo amazônico torna-se aqui um exemplo de má alimentação e má postura, e os japoneses são elevados

como “sóbrios” em sua prática do mesmo ato: é a elevação da figura do imigrante japonês em detrimento dos próprios habitantes da Amazônia, algo que como vimos repete-se bastante nas notícias de jornal.

Neste momento, porém, não observamos este posicionamento tão diretamente quanto o esperado, embora o subtexto ainda esteja claramente ali. Talvez o melhor exemplo seja falarmos de duas matérias que tratam da distribuição de terras na área do Coqueiro, então situado no município de Ananindeua, cidade vizinha de Belém. O espaço era ocupado desde o fim do século XIX por nordestinos, quando se teve início a grande derrubada da mata virgem (conhecida como as matas do 40 horas), visando o fornecimento de postes para a instalação da rede de iluminação de Belém e, lenha para as locomotivas da Estrada de Ferro de Bragança e para as indústrias da capital (RODRIGUES, 1998). Em 1950, porém, chegaram os imigrantes japoneses a região, gerando um conflito com as pessoas que já ali habitavam, que temiam perder suas terras para os imigrantes recém-chegados.

As duas matérias, respectivamente *Impasse no loteamento do Coqueiro para os japoneses* (12/11/54), e *Não serão desalojados os colonos brasileiros de Coqueiro* (14/11/1954), são uma boa demonstração da forma como os colonos são tratados pelo próprio discurso oficial da região. Pois, após haver toda uma confusão sobre o que iria acontecer com estes colonos nordestinos e descendentes dos mesmos, o prefeito de Belém da época, Celso Malcher, põe-se a acalmar os ânimos, dizendo que nenhuma terra ocupada por brasileiros será tomada para entregar aos colonos japoneses. Porém, no mesmo discurso, o prefeito não deixa de exaltar a figura dos japoneses que estavam a caminho da região, com um discurso onde cita terem sido os imigrantes “os que trouxeram ao Pará as duas maiores riquezas com que atualmente conta nosso Estado: a juta e a pimenta-do-reino” (PROVÍNCIA, 1954). O discurso parece demonstrar que, embora não seja o caso de expulsar os brasileiros de suas terras, se assim o fosse não seria exatamente um erro, dado o sucesso que os

imigrantes estavam conseguindo naquele momento. Esta impressão é reforçada quando Celso Malcher reafirmar em seu discurso: "(...) as terras a serem ocupadas por japoneses, como disse, estão desocupadas. Entretanto, julgo importante frisar que a melhor e mais produtiva colonização ainda é feita por imigrantes". Ou seja, para poder ressaltar a importância da vinda dos japoneses para as terras amazônicas, faz-se necessário ao discurso oficial automaticamente diminuir as empreitadas dos nacionais, que já se encontravam nas terras ali postas, sejam esses nacionais nativos ou imigrantes internos do país.

Figura 6: Matéria sobre a questão da colonização de Coqueiro

Fonte: *A Província do Pará*, 12/11/1954

Figura 7: A resolução da questão nos loteamentos de Coqueiro

Fonte: *A Província do Pará*, 14/11/1954

Em 54, porém, esta não foi a maior quantidade de notícias sobre nikkeis publicadas na mídia impressa. O mérito fica para o dia 21 de novembro de 54, quando o *Jornal Província do Pará* publicou um grande especial em comemoração ao aniversário de 25 anos de vinda dos imigrantes japoneses à Amazônia. Diferente de outras datas e mesmo da *Folha do Norte*, que apesar de ter coberto as festividades do aniversário com uma matéria bem grande, não se dedicou a um espaço maior que a folha posterior e uma extensão na folha 4, da edição de 15/11/1954, o jornal dedicou grande parte de sua edição do dia para comemorar o evento do aniversário, falar sobre como a colônia de Tomé-Açu estava avançada em comparação com as outras ao seu redor, e nitidamente fazer lobby para que a região tornasse-se independente do Acará.. Neste sentido, percebemos uma espécie de partidarismo maior da Província que da *Folha do Norte* em apoiar a transformação da região em município.

Este apoio não é feito de maneira velada. A matéria *Autonomia para maior progresso de Tomé-Açu* não deixa na verdade nenhuma margem para dúvidas sobre a opinião do jornal em relação à situação. A

transformação da região, mais que uma necessidade extrema da população, é vista como uma espécie de consequência do fruto do trabalho dos japoneses, ou talvez como uma premiação pelo “melhor aproveitamento da terra, pródiga nas recompensas que dá aos que a cultivam com carinho e dedicação” (PROVÍNCIA 1954). Não que os argumentos econômicos não surjam na matéria. O texto prossegue dizendo o seguinte:

A Produção atual de Tomé-Açu justifica plenamente a transformação daquela região em município, pois somente a pimenta-do-reino, o seu principal produto, dará este ano para os cofres da prefeitura do município de Acará e do tesouro do Estado uma renda de aproximadamente 6 milhões de cruzeiros. (PROVÍNCIA 1954).

Figura 8: Matéria de 1954 favorável a emancipação de Tomé-Açu

Fonte: *A Província do Pará*, 21/11/1954

A matéria seguinte, *Êxito com a fundação da cooperativa*, tenta passar um histórico do sucesso dos nikkeis na região, a partir do momento de sua entrada na mesma, em 1929. Este artigo tem uma característica muito interessante, que é sua tentativa de passar rente ao

período de Tomé-Açu enquanto Campo de Concentração (prisão) dos japoneses e outros estrangeiros considerados súditos do eixo. Por se tratar de um artigo que se propõe a fazer uma espécie de linha do tempo da história da colônia, seria esperado ao menos uma menção a esse período durante a Segunda Guerra Mundial, talvez com algum eufemismo no sentido de não demonstrar completamente a natureza da colônia como prisão na década de 40. Contudo, o texto simplesmente ignora toda a situação da década de 40, preferindo seguir adiante na reconstrução do lugar:

Terminada a última guerra mundial, fizeram os acionistas da Companhia uma reunião para resolver a situação da colônia, especialmente o despacho da produção sob o controle da Colônia Estadual de Tomé-Açu. (PROVÍNCIA,1954)

Ou seja, não era do interesse do jornal tocar nas partes mais doloridas do histórico dos nikkeis da região de Tomé-Açu; antes, era melhor focar nos ganhos anteriores à guerra, e na reconstrução econômica do momento pós-guerra.

É nesta matéria aliás, que aparece pela primeira vez uma expressão que será corrente ao referir-se à Tomé-Açu: diz o jornal que “(...)os lavradores de Tomé-Açu, tanto brasileiros quanto japoneses, entregam-se com ardor ao cultivo da terra. Tomé-Açu chegou aos dias de hoje, a ser quase o **Celeiro do Pará**” [grifo nosso]. Esta é uma expressão bastante peculiar de se usar neste momento, ao falarmos de uma região, dentro da Amazônia, produtora de bens agrícolas. Afinal, a Amazônia, desde muito tempo, era considerada no imaginário geral o “celeiro do Brasil”, necessitando apenas de um incentivo para seu desenvolvimento; o próprio Brasil recebeu a alcunha, na época do Estado Novo, de “celeiro do mundo” (ANDRADE, 2010). Tomé-Açu, ao ser considerado o “celeiro do Pará”, está recebendo uma alcunha que iguala a colônia à imagem de grande produção agrícola, similar à imagem que se tinha do Brasil, e da Amazônia em geral. E essa produtividade toda, diga-se, sempre nos condicionantes

de ter sido amparada pelos japoneses, que foram os pioneiros em fazer a terra “florescer”, com suas técnicas e cuidados: assim, o termo “celeiro”, uma vez mais, serve para ressaltar a habilidade do imigrante nipônico, ainda que indiretamente.

Figura 9: Matéria êxito com a Fundação da Cooperativa

Fonte: *Província do Pará*, 21/11/1954

As fotos das matérias especiais esforçam-se em mostrar uma Tomé-Açu completamente avançada, e encaixada nos planos de modernização que eram veiculados na época. Ao mesmo tempo em que há um foco em mostrar fotos das plantações na região, também temos fotos com os japoneses interagindo entre si, talvez num intuito de reforçar suas características mais descontraídas e não tão sérias quanto possivelmente estava no imaginário popular; há também fotos dos imigrantes interagindo com o governador da época, uma foto de um certo senhor Manoel Pinto da

Silva, fornecedor de tratores para as plantações em Tomé-Açu; e uma foto de um dos japoneses pioneiros de imigração recebendo uma premiação das mãos de Cláudio Chaves, então secretário de terras do Pará. Todas essas fotos se organizam para montar um panorama do japonês em Tomé-Açu como toda uma sociedade à parte, mas integrada; organizada para fazer lucrar a terra; e que portanto mereceria uma coroação como município independente, para poderem “desenvolver seu potencial econômico e vir a ser, ainda, uma das prósperas unidades municipais do Estado”.

Figura 10: Ilustração da plantação de pimenta em Tomé-Açu

Fonte: Província do Pará, 21/11/1954

Figura 11: Foto com vista parcial de uma plantação em Tomé-Açu

Fonte: Província do Pará, 21/11/1954

Figura 12: O governador do Pará na época, cumprimentando Rekinshi Hiraga, O presidente da CAMTA na época

Fonte : Província do Pará, 21/11/1954

Figura 13: Matéria central sobre o aniversário de fundação de Tomé-Açu

Fonte: Província do Pará, 21/11/1954

Figura 14: Mais uma matéria da edição especial, destacando o avanço dos japoneses nas suas plantações

Fonte: Província do Pará, 21/11/1954

Essa visão dos japoneses como enriquecedores da região está, no entanto, menos relacionada com a identidade nipônica em si, do que com a forma como esta identidade é vista pela sociedade amazônica. Conforme dissemos antes, a partir do momento que o imigrante é um indivíduo que limita-se a manter-se no campo, e que é capaz de fazer render de alguma forma as terras que lhe são estipuladas pelo governo, ele é considerado um imigrante exemplar. No momento que este imigrante revolta-se, e sai para os centros urbanos em busca de outras oportunidades que não as do campo, ele é considerado um problema, um peso ao estado. Vemos isso com frequência nas referências dos jornais contra imigrantes outros (cearenses e italianos), que foram entendidos como acostumados a procederem dessa maneira, e vemos essa mesma mentalidade aplicada aos nikkeis que o fizeram: na matéria *Negam-se a trabalhar em Tomé-Açu*, o jornal é incisivo em sua opinião sobre dois nikkeis que recusam-se a “cumprirem as cláusulas do contrato, preferindo a comerciar com quinquilharias trazidas do Japão” (FOLHA DO NORTE, 1954). Estes japoneses teriam sido denunciados pelo próprio Kotaro Tsuji, nome maior da imigração na Amazônia, que buscou as autoridades locais buscando saber o que poderia ser feito legalmente a esse respeito.

Figura 15: Matéria *negam-se a trabalhar em Tomé-Açu*

Fonte: *Folha Vespertina*, 30/03/1954

A matéria é curta, talvez por não ser do interesse na época, prolongar o assunto de imigrantes que viessem à região e não cumprissem com o combinado via contrato; todavia, o próprio ato de se escolher publicar essa matéria é algo a se considerar, posto que ela poderia simplesmente não ter sido publicada, ter sido rechaçada pelo editorial do jornal. A que interesse deu-se esta publicação? Possivelmente o caso teve peso com o envolvimento do senhor Tsuji; ou mais ainda, seria necessário uma matéria para demonstrar, pela exceção da regra, a dedicação dos japoneses para as terras que lhes eram atribuídas. São todos esses pontos a se considerar, tendo em mente que mesmo neste momento de crítica, o peso do julgamento do impresso ainda foi menor do que o teria sido caso fosse um outro grupo de estrangeiros a descumprir os contratos de colonização.

3.3.3 - 1959

Em 1959, os nipo-brasileiros já se encontravam em pleno processo de integração com a sociedade brasileira. O cinquentenário tinha sido

realizado no ano anterior, e havia sido um grande sucesso, com sua ideia de representar o fim de um período de sofrimentos dos nipo-brasileiros, nos momentos pré e imediatamente pós-guerra (COMISSÃO 1992). Além disso, entre 1958 e 1959 foram criados e desenvolvidos o Bunkyo, uma entidade de representatividade e renome até os dias de hoje; a Aliança Cultural Brasil-Japão, que apesar de ter sido criada em 1956 teve uma grande expansão de espaços e atividades; e muitas outras entidades esportivas e culturais que surgiam e prosperavam num momento em que a migração japonesa ao Brasil, em sua segunda leva, alcançava seu auge (COMISSÃO, 1992). Na Amazônia, as produções agrícolas estavam alcançando seu ápice, e centros culturais como a Associação pan-amazônica nipo-brasileira surgiam ao redor da região num paralelo com a situação dos nikkeis do resto do Brasil.

Não é de se admirar, portanto, que este tenha sido justamente o ano em que foi conseguida a emancipação da colônia de Tomé-Açu. Talvez propositalmente, talvez por um impulso de acontecimentos históricos, essa criação de Tomé-Açu faz-se justamente em um momento de aceitação maior dos nikkeis dentro da sociedade brasileira; neste sentido, apesar da situação dos nikkeis na Amazônia ter todo um ritmo próprio, que parecer ser paralelo mas diferente do resto do Brasil, talvez tenha ocorrido aqui uma intercessão de acontecimentos em geral.

Este momento importante para a comunidade nikkei amazônica, em relação à cobertura nos jornais locais, demonstra um problema, ou talvez seja melhor dizer, uma característica: a sua apresentação foi muito mais coberta por um jornal em específico, que por outros locais também de grande circulação. Não que tenha havido um completo afastamento destes jornais em relação ao assunto em questão; de fato, vemos notícias no jornal "O Liberal" e no jornal "Província do Pará" de 59, e estas não são desrespeitosas, ou em detrimento dos esforços dos japoneses. São meramente neutras: cobrem por alto os acontecimentos e festividades da ocasião, sem dar muita ênfase ou opinar sobre a questão.

Estas posturas, contudo, são muito diferentes da cobertura do jornal Folha do Norte, que dedicou boa parte de sua edição do dia da emancipação do município em 1959 (e duas das edições seguintes) para relatar todos os pormenores da festa, seus acontecimentos e homenagens. Nesse aspecto, lembramos aqui da questão simetricamente oposta, quando o jornal Província do Pará dedicou-se a relatar os eventos da festividade dos 25 anos de imigração japonesa na Amazônia, enquanto outros periódicos pouco ou nada relataram a esse respeito. Os motivos para essa interessante postura podem ser muitos, e considerando que a imprensa no Pará tende a ser bastante partidária mesmo nos dias de hoje, é muito possível que as motivações para tanto tenham sido necessariamente de ordem política, e não nada que envolvesse um posicionamento do jornal contra os nikkeis.

Apesar de ser um periódico completamente oposto ao jornal “Província do Pará” em foco e estilo, a Folha do Norte utilizou-se dos mesmos argumentos elencados por aquele jornal, quando de sua matéria em 1954. Novamente, como de fato tem sido uma constante durante nossa investigação, são exaltados os nipônicos por sua força e garra nos esforços para fazer render as terras do agora município de Tomé-Açu. Ademais, são exaltadas sua própria confiabilidade em termos desse trabalho com a terra: na matéria do dia 03/09/59, diz o Jornal:

Trabalharam eles com afinco, durante anos inteiros, pelo progresso da localidade, empenhando-se após na batalha por sua emancipação política, meio de superar obstáculos para maior evolução econômica . Unidos irmanamente, japoneses e brasileiros radicados nos solos de Tomé-Açu festejaram a vitória conseguida, demonstrando [que] jamais desmerecerão da confiança do Estado (...) (FOLHA, 1959)

O discurso aqui é com o intuito de construir uma história de esforços que culminou na vitória dos nikkeis em conquistar a independência de

Tomé-Açu – história essa que conta com a integração com a comunidade local (“unidos irmanamente”), garantindo assim uma identificação dos imigrantes com a região local, ao mesmo tempo que estabelece sua diferença dos nativos, por seus resultados opostos. Esse é um discurso que, como vimos, é bastante comum durante esta década, e não seria diferente de encontrá-lo neste momento que, pode-se dizer, coroa os trabalhos dos nipo amazônicos. Por exemplo, nesta mesma matéria, em seguida, há uma reprodução do discurso do senhor Ney Brasil, um político da época, onde ele afirma que “Tomé-Açu talvez seja, por isso, um símbolo (...) do que se pode fazer quando raças diversas trabalham em paz para um ideal comum”. Também diz o político que Tomé-Açu foi possível pela união das forças entre povos: “foi o esforço do japonês empreendedor e corajoso [que possibilitou a fundação de Tomé-Açu]; mas também foi a colaboração inestimável da população nativa” (FOLHA, 1959). Assim sendo, o discurso de Tomé-Açu como uma cidade que não só coroasse os esforços da imigração japonesa ali, mas também representasse os resultados que uma colaboração entre os povos poderia alcançar.

A ideia de que Tomé-Açu também representava um ápice de resultados dos planos de modernização que se pensavam na época também fica evidente durante as próprias comemorações: na matéria da Folha do Norte de 01/09/59, há uma descrição dos planos para a realização das festividades de independência da região, com desfiles de máquinas e tratores, seguidos de apresentação de judô, e culminando com o oferecimento de uma katana ao então governador do Pará, Moura Carvalho. O discurso não poderia ser mais claro: os japoneses trouxeram a modernização à Amazônia, mas nunca abandonaram sua identidade própria. Todavia, estão em pleno serviço e integração ao estado do Pará.

CONCLUSÃO

A pesquisa para este trabalho iniciou-se com o objetivo de analisar a criação da imagem do nipo amazônico, durante um período histórico crítico tanto a nível de brasil, quanto a nível mundial. Tinha-se por hipótese, a ideia que esta reconstrução do imigrante, de traidor a figura exemplar e de sucesso da região, estivesse diretamente ligada com o progresso agrícola alcançado por este grupo, seja com a pimenta-do-reino, seja com a própria juta. Particularmente, pensamos que o êxito da pimenta pudesse ter sido a principal motivação desta reconstrução de imagem pública do nikkei, dada a importância do plantio deste produto para a economia local, e para um êxito político da comunidade nipônica na região, êxito este demonstrado diretamente na criação do município de Tomé-Açu.

Estas hipóteses, embora não tenham sido completamente refutadas, demonstraram-se tão somente uma parte de todo um quadro muito complexo de representações que ocorreram na Amazônia, em decorrência de um clima pós-guerra que criou uma busca por modernização. Foi esta, aliás, uma de nossas principais descobertas: a importância dos planos desenvolvimentistas regionais dentro de todo um âmbito político, social e cultural, afora os impactos econômicos intencionados com a criação destes mesmos planos. Estes impactos e influências tornam-se evidentes quando observamos os graus de preferência, demonstrados na mídia, aos grupos migratórios que se encontravam na região durante o decênio estudado, algo que mencionaremos mais abaixo. De qualquer forma, a partir do momento que temos este tipo de discurso expresso na grande mídia, em jornais de grande circulação e respeitados, é de se imaginar que houve ainda outras construções de imagem social para estes ditos grupos, e que portanto havia algum reflexo disso no meio social da época. Desta forma, a presente pesquisa demonstrou uma série de caminhos que podemos explorar mais a fundo em um momento posterior; Iremos falar destas possibilidades um pouco mais à frente, mas por hora, gostaríamos de falar abaixo, quais as conclusões diretas em relação ao trabalho feito aqui. São

elas:

1) A existência de um tratamento diferenciado a grupos migratórios na Amazônia:

Conforme mencionamos mais acima, foi percebido que havia uma diferença de tratamento e de discursos em relação aos imigrantes que estavam na região. Isso já foi um pouco dito, mas gostaríamos de destacar o quanto a aparente gradação de tratamento existente nos impressos, pode demonstrar uma aparente preferência geral a determinados tipos de imigrantes. Não foi possível realmente estabelecer, nesta pesquisa, a forma exata da organização desta gradação; contudo, foi possível definir um número de parâmetros pelos quais os discursos nos jornais julgavam estes grupos, os quais demonstraremos a seguir.

Em primeiro lugar, a intensidade da presença destes grupos dentro dos centros urbanos da região parecer ser um fator decisivo nesta classificação; a ideia geral parece ser que o imigrante que vem para as cidades na Amazônia está apenas tumultuando as mesmas, e não contribuindo efetivamente com o progresso da região. Vemos isso nos textos sobre imigrantes italianos e cearenses dentro dos jornais. Cada um com sua devida proporção, estes dois grupos são tratados como problemáticas a serem resolvidas pelo governo, justamente porque encontram-se nas cidades; os italianos são visto como elementos que não cumprem com o contrato agrícola que lhes foi estabelecido (FOLHA, 1954), e os cearenses têm sua vinda à região vista como mal organizada e desastrosa. Este último grupo foi considerado um “bando de miseráveis” fugindo da seca, e portanto não eram um bom grupo com o qual prosseguir planos de desenvolvimento regional (FOLHA, 1954).

É possível que hajam ainda outros grupos mencionados dentro dos jornais da época, que foram abordados com essa mesma postura. Optamos por mencionar somente esses dois no momento, porque foram estes os que mais se repetiram em menções ao longo do trabalho de

pesquisas, e porque eles demonstram bem como o imigrante japonês, por pura e simplesmente apresentar-se como o oposto direto do que era rechaçado dentro destes discursos mencionados acima, era automaticamente excluído deste julgamento. Por serem um grupo um tanto concentrado no interior do estado, e também por estarem efetivamente contribuindo com o desenvolvimento econômico da região (ao menos, pelos pontos de vista contemporâneos aos discursos dos jornais), os nikkeis eram tratados como a grande exceção aos criticismos feitos em relação aos movimentos migratórios sendo feitos na região. É bastante significativo que a grande parte dos textos que falem dos movimentos migratórios sutilmente “esqueçam” de citar os japoneses como parte dos grupos que vieram à região, somente mencionando-os quando são feitas matérias específicas sobre os nikkeis e a comunidade na Amazônia. Ou seja, mesma numa questão organizacional, o nipônico não é misturado com outros grupos de imigrantes; ele é posto à parte, tal qual merecesse por parte dos jornais um tratamento especial e diferenciado. Cabe aqui também citar o tratamento dos jornais, corroborado pela visão dos documentos do SPVEA, em relação aos caboclos nativos da região; estes são considerados ainda piores que os imigrantes rechaçados, por não terem tido capacidade de desenvolver a região, fazendo necessário (aos olhos do governo da época) trazer um elemento estrangeiro à região para alcançar o desenvolvimento desejado. Este posicionamento controverso merece um estudo à parte, talvez utilizando as mesmas estratégias metodológicas apresentadas nesta dissertação.

2) A questão do discurso do desenvolvimento:

Esta é talvez uma questão um pouco mais implícita, e portanto um pouco mais difícil de demonstrar apropriadamente. Contudo, uma análise dos fatos e do contexto histórico podem nos apontar alguns dados interessantes.

Acreditamos que, em verdade, grande parte do que se montou

como uma imagem do nikkei na amazônia tem uma ligação direta com um espírito de desenvolvimento bastante ativo durante este período. Este "zeitgeist" tem suas implicações internacionais e nacionais, com uma ideia de modernização associada ao consumismo, e a vontade do novo trazia embutido, em várias áreas da cultura, o desejo de transformar a realidade de um país subdesenvolvido, de retirá-lo do atraso, de construir uma nação realmente independente (FGV CPDOC).

Contudo, é em sua aplicação dentro da região amazônica que nosso foco deve se fixar, e aqui houve uma interpretação toda específica do conceito de modernização, tal como visto na região. Entendia-se, por certo, que uma modernização envolvia necessariamente a chegada de industrialização e padrões tecnológicos para a região em si; contudo, os planos de desenvolvimento do SPVEA previam primeiramente uma formação de estrutura básica para a chegada desta tecnologia. E algumas das ideias básicas desta infraestrutura parecem perpassar diretamente nos feitos e conquistas da comunidade nikkei, de uma maneira tão direta que pode até surgir um questionamento se não houve uma observação mais profunda do caso nipônico quando da montagem dos objetivos do órgão.

Senão vejamos: conforme observado durante a pesquisa, criou-se uma ideia do que se buscava para o futuro da amazônia, e essa ideia passava, por exemplo, na questão de se incentivar uma agricultura de produção local de alimentos, algo que a comunidade nikkei já vinha realizando desde meados de 1910. Em seguida, têm-se a ideia de sair de uma economia extrativista na região, e rumar para algo mais voltado à agricultura e pecuária -algo realizado pelos japoneses desde sempre, embora sem investirem em um mercado pecuário.

Há ainda a questão geral de povoar e desbravar as partes da região amazônica, consideradas ainda agrestes demais, o que de fato se pode dizer que é uma espécie de objetivo geral do SPVEA, enquanto órgão desenvolvimentista. Desnecessário dizer que os japoneses encaixam-se

perfeitamente neste critério, bem como em todos os anteriores.

A conclusão disso tudo, é que o imigrante japonês acabou sendo uma espécie de “proto-modelo” do processo de desenvolvimento e modernização na Amazônia. Ou antes, ele tornou-se proto-modelo retroativamente, já que os imigrantes faziam estas medidas muito antes de sequer existir a ideia do SPVEA. Isso no entanto não impediu uma associação direta das ideias de modernização com a figura do nipo amazônico. Isso fica bem claro quando vemos as matérias nos jornais, exaltando estes imigrantes como vencedores regionais; quando, por exemplo, houve uma ampla campanha para a criação do município de Tomé-Açu, em 1954, o principal argumento era que já havia sido alcançado ali, um nível de desenvolvimento que lhes permitiria o direito à emancipação municipal. Até mesmo a ideia do governo em organizar os agricultores prospectos em cooperativas remete um pouco à prática iniciada pelos nikkeis na região, embora certamente as origens dessa ideia tenham vindo de experiências anteriores à questão amazônica. Ainda assim, percebe-se implicitamente o imigrante japonês sendo, neste e em vários outros aspectos, posto como um exemplo de modernização na região.

Tendo visto as conclusões tiradas com este trabalho, qual seria o caminho para um desenvolvimento de pesquisas dentro destes meandros? Durante nossa exposição das conclusões, já apontamos alguns caminhos possíveis de pesquisas a serem realizadas, seja com a questão das imagens construídas nos anos 50 para outros grupos migratórios, seja nos conceitos de modernização influenciando a sociedade amazônica neste mesmo período. Contudo, isso não demonstra ainda quais caminhos possíveis para uma pesquisa acerca dos “nipo amazônicos”, isto é, pesquisas que prossigam nesta mesma temática do trabalho realizado aqui. Pretendemos, a seguir, falar um pouco de algumas possibilidades de investigações acadêmicas que verificamos ao longo deste projeto. Há, na verdade, muitos pontos a serem explorados neste meandro,

particularmente se considerarmos as grandes transformações ocorrendo no país e na região durante as décadas seguintes. O que propomos a seguir são alguns caminhos interessantes de possíveis temas a serem explorados em cada década específica, dos anos sessenta aos anos oitenta.

Estas décadas foram escolhidas especificamente, por terem dentro de si tanto um evento grande nipo-brasileiro geral (seja este uma festividade de comemoração da imigração japonesa, seja algum outro evento mais político ou social), quanto em um acontecimento histórico nacional que tenha, de alguma forma, ligação com a comunidade nikkei. Também consideramos aspectos como a intensidade do impacto político-econômico social, fontes disponíveis, e quantidade de trabalhos publicados e disponíveis sobre estes períodos históricos.

Começando com os anos 60: esta é uma década carregada de mudanças em mais de um aspecto, e portanto põe-se como uma das mais instigantes a se investigar. Uma das coisas mais interessantes aqui, vem a ser como este período, que punha-se como de um certo avanço e integração para as comunidades nikkeis no Brasil em geral e na Amazônia especificamente, conseguiu coordenar-se paralelamente com os tumultuados acontecimentos políticos da década, dos anos de crise política nos governos Jânio Quadros e João Goulart, à instauração do Regime Militar em 1964. Jeffrey Lesser escreveu um estudo bem interessante nesse sentido, fazendo uma análise da participação de nipo-brasileiros na luta armada contra o governo militar, e de como esta participação seria uma espécie de estratégia para autoafirmação enquanto brasileiros ou brasileiros hifenizados, como coloca o autor. (LESSER, 2008). No Brasil, em geral, a comunidade passava por um processo bastante trabalhado de integração e assimilação na sociedade brasileira.

Contudo, esta situação pode não ser necessariamente a mesma em relação aos nikkeis na Amazônia, já que o contexto geral da comunidade nikkei na região [e simplesmente muito diferente da situação geral no

Brasil. Graças à cultura da pimenta-do-reino, além da questão da Juta, os nipo amazônicos tinham uma plataforma própria aparentemente mais estrutura do que o resto do Brasil, ao menos à primeira vista.

Desta forma, um dos caminhos possíveis a se investigar seria como essa sociedade dita nipo amazônica desenvolveu-se, considerando o sucesso econômico já estabilizado da pimenta, num pano de fundo político bastante conturbado. Neste período, também houve uma intensificação dos projetos de povoamento e desenvolvimento da região Norte, agora capitaneados pelos interesses dos militares na Amazônia. Teriam os imigrantes e seus descendentes, agora que há um novo modelo de tentativa de desenvolvimento regional, mantido a imagem que demonstramos neste trabalho, de “exemplos” de desenvolvimento local? É uma pergunta que na verdade põe em questão a própria natureza do conceito de “Positive Minority Status”, e se ele pode acabar com o tempo ou meramente transformar-se. Vale lembrar que é na década de 60 também, que os primeiros anos de existência do município de Tomé-Açu, em si mesmo um símbolo de representatividade política dos nikkeis na Amazônia. Fica então, a questão de como desenvolveu-se a cidade durante o começo do período militar no Brasil, bem como a questão sobre qual impacto teria tido o momento político nacional dos imigrantes e descendentes vivendo nos centros urbanos.

São essas algumas questões que podemos considerar ao observar a década de 60. A bem da verdade, porém, esta década nos parece um prelúdio para outra bastante mais complexa, dado os fatores envolvidos nos acontecimentos da mesma: Trata-se da década de 70.

Para entendermos o potencial de uma pesquisa na Amazônia dos anos setenta, é necessário primeiro observamos o contexto completo do momento e das ações na região, no país e no mundo. Essa visão pode parecer um pouco exagerada talvez, mas o fato é que nunca antes houve um período com a conexão tão forte entre estes três fatores quanto na década de 70. combinou-se aqui uma conjunção de um bom momento

econômico no Japão (o chamado “milagre econômico japonês”), com um momento de investimento alto do governo militar em Grandes Projetos na Amazônia. Além disso, a comunidade nikkei passava por um momento de crise com a ascensão da bactéria *Fusarium*, que ao contaminar os pimentais de Tomé-Açu, punha um fim na economia fortemente baseada no piperáceo.

Cada um desses fatores não só criou um contexto histórico específico, como na verdade acabaram por entrelaçar-se um no outro, de tal forma que é necessário explicar melhor estes caminhos, para podermos demonstrar quais as possibilidades de pesquisa abertas aqui.

Inicialmente, consideremos o Japão. Neste momento, a terra nipônica via-se bastante amparada numa economia forte, que via-se em franco crescimento, baseada na expansão rápida da indústria pesada em áreas como automotiva, aço, construção naval, química e eletrônica. O setor secundário (indústria, construção e mineração) expandiu para 35,6% da força de trabalho em 1970. Assim, o país viu-se tendo que considerar uma nova estratégia para expandir-se economicamente, e para conseguir maiores fontes de matéria-prima. Dentro desta perspectiva, um dos países considerados foi o Brasil, por ser um lugar em franco desenvolvimento e com um grande contingente de nikkeis.

Agora, consideremos o Brasil: em meados da década de 70, o governo militar resolveu investir fortemente no desenvolvimento da Amazônia, visando uma forma de explorar os minérios encontrados na região, mas também como uma espécie de consolidação do povoamento, amparado amplamente em projetos econômicos diversos (BECKER, 2005). Na verdade, estas políticas não surgiram somente no decênio de setenta; ao compararmos com atenção os momentos nos anos cinquenta, sessenta e setenta, veremos sementes de preparação destes projetos ao longo de mais de vinte anos, herdeiros dos velhos projetos de desenvolvimento da SPVEA.

Qual a possibilidade de pesquisas neste ponto, portanto?

Possivelmente, algo similar ao proposto com a década de 60, com o diferencial que aqui, há um papel e uma visão dos nikkeis muito própria dessa época. Isso porque o governo japonês, como vimos, entra em Joint Ventures com o governo brasileiro na implantação dos projetos de desenvolvimento citados. Havia um interesse do Japão nestes investimentos, com o Brasil entrando aqui em um grande grau de importância, não só como um possível fornecedor de matérias-primas e minérios a serem extraídos durante a implementação desses projetos, como também por possuir uma estrutura de recepção bastante propícia aos investimentos nipônicos: trata-se aqui dos nikkeis presentes na região. Estes indivíduos acabaram tendo criada, em suas presenças, uma expectativa dupla, tanto por parte do governo brasileiro quanto pelo governo japonês, no sentido de servirem como uma espécie de “ponte cultural” ou “agentes de ligação”, entre os dois países: era esperado deles tanto serviços de tradução quanto de interpretação de questões culturais entre ambos os lados envolvidos nos projetos.

Esta expectativa em cima dos nipo-brasileiros pode vir muito do fato que, embora já nessa época eles estivessem no Brasil por mais de 60 anos, e de fato a nova geração nascida no país nem sequer tivesse um contanto mais intenso com a cultura e os costumes japoneses, ainda havia uma imagem destes indivíduos como, essencialmente, japoneses, com todas as expectativas que as construções sociais sobre japoneses podem carregar. O suposto não-cumprimento destas expectativas pode ter gerado uma confusão e ansiedades em todos os envolvidos.

Este ocorrido deu-se comprovadamente, conforme vimos, nos lugares que anteriormente havia a presença de investimentos japoneses, como, por exemplo, no Projeto Cerrado ou na CENIBRA (Celulose Nipo-Brasileira S/A). Entretanto, os anos 70 ficaram bastante marcados pelos Grandes Projetos de Mineração, e nesses projetos os japoneses tiveram um investimento profundo, como vimos. Nesse sentido, entende-se que os nikkeis da região podem ter se envolvido tanto quanto os nikkeis dos

projetos citados anteriormente. A questão cultural local muito provavelmente também se configuraria como uma problemática onde os nipo amazônicos poderiam contribuir, dado que um japonês nativo hipotético que fosse trabalhar na implementação destes projetos não teria de lidar só com a cultura brasileira geral, mas também com a cultura específica dos nativos da região – algo que os nikkeis teriam experiência ampla.

Isso levanta importantes questionamentos sobre o impacto dessa presença na comunidade nipo amazônica, bem como o próprio impacto na região em geral, para além do esperado em relação aos grandes Projetos. Pensa-se aqui, principalmente aspectos da visão interna do nikkei na Amazônia, ao interagir com um nativo japonês, e nas possíveis mudanças de criação de imagem que isso pode ter acarretado. Já que o momento econômico na comunidade não era dos melhores, seria interessante também tentar entender o quanto esse possível contato entre os nipo amazônicos e os nipônicos pode ter influenciado algum movimento de retorno maior por esse período. Há também o lado de como essa grande participação dos japoneses nativos na região amazônica, pode ter afetado a imagem da sociedade local em relação aos próprios nikkeis da região. A rigor, as pesquisas apontam que a imagem que a sociedade têm dos nikkeis no Brasil, deriva diretamente de dois aspectos: o sucesso local destes imigrantes, e o sucesso e avanço percebidos do Japão em si. Nesse sentido, qual era a imagem da época sobre o Japão e os japoneses, e como isso se encaixaria na visão geral no Brasil sobre os japoneses? Há um estudo bem curioso do professor Lesser, estipulando que nesse período, os japoneses e tudo derivado deles era automaticamente classificado como “feito com qualidade” (LESSER, 2008). Isso torna-se evidente ao longo dos anos 60, em particular no estado de São Paulo; contudo, essa mesma posição já encontrava-se em voga na Amazônia desde meados dos anos 50, até mesmo antes do recomeço da imigração à região, conforme vimos neste trabalho. Assim, a questão que temos sobre

como ficou a imagem do nikkei nesta década, na Amazônia, tem mais a ver com a intensidade que se apresentaria esta imagem positiva, e com a forma que a mesma se demonstraria; pois é certo que mesmo que se repitam os mesmos argumentos associando “Japão” à qualidade, os parâmetros seriam evidentemente diferentes, por serem diferentes os processos de imigração, integração e desenvolvimento das comunidades nikkeis em si. Seria interessante, portanto, ver como se fizeram estas construções.

Por fim, os anos 80: a questão nipo amazônica aqui envolve o surgimento e crescimento do movimento de kassegui, como também ocorre na verdade com os nipo-brasileiros em geral. Talvez, na verdade, haja um fator mais intenso neste movimento dentro da Amazônia, dada a quantidade de coisas indo abaixo na região, como a decadência completa da cultura pimenteira. Isso, somado com a derrocada econômica gigantesca que o Brasil sofreu por toda a década, fazendo valer sua alcunha de “década perdida”, pode ter influenciado uma movimentação dos nikkeis para o Japão.

Esta situação, como se vê, era bastante crítica. E no entanto, se formos observar a situação no Japão em si, as coisas não poderiam ser mais diferentes: a economia prosperava ainda naquele país, graças a bolha especulativa econômica. Isso pode ter criado uma situação interessante neste período, já que a imagem social construída para os nikkeis, conforme mencionamos anteriormente, era igualmente dividida entre o sucesso percebido do Japão e o sucesso dos nikkeis no país. Este último, em geral, apresentava-se sempre em alta, o que acabava corroborando esta visão da sociedade brasileira em geral, em cima dos nipo-brasileiros. Contudo, isso não ocorria nos anos 80 no Brasil, ou ao menos não ocorria ao mesmo nível de antes, o que levanta a hipótese da construção social acerca dos nikkeis ter sido alterada, o “positive minority status” afetado ou destruído, ainda mais quando consideramos as migrações em massa para o Japão. Esse seria um ponto bastante

complexo e interessante a se abordar.

Essas perguntas são ainda mais instigantes quando consideramos o quanto a década de 80 foi representativa para os nipo-brasileiros em geral. Afinal, é nesse decênio que serão comemorados os 80 anos de imigração japonesa ao Brasil; os 60 anos da imigração japonesa à Amazônia; e os 30 anos de existência de Tomé-Açu. São todas datas muito significativas, e que relacionam-se diretamente com a imagem (interna e externa) destes nikkeis. É possível que estas festividades possam ter sido utilizadas como uma forma de elevar a moral dos nikkeis, impactada pela crise reinante no país.

Então chegamos ao ponto das migrações em si, e do resultado das mesmas a médio e longo prazos. Pois é certo que havia uma grande expectativa, ao menos por parte da comunidade nikkei em São Paulo, de que estes movimentos migratórios seriam os responsáveis por reinjetar a cultura japonesa tradicional de volta às comunidades brasileiras nikkeis. Isso não ocorreu; ao menos não ocorreu da maneira que era esperado, com fundações de associações ou semelhantes. Ainda assim, o impacto desta reinjeção de cultura japonesa na sociedade brasileira, de maneira direta ou indireta, é real e não pode ser ignorado ou diminuído. Seja em questões gastronômicas, difusão maior de festividades, entrada massiva de animes e mangás no mercado brasileiro. Tudo aponta para uma relação movimento de kassegui/ crescimento da representatividade cultural na mídia popular.

Assim, são estes os caminhos que vimos para pesquisas posteriores dentro deste meando. É evidente que temos ainda muito a explorar: de fato, cremos que estas indicações são pouco mais que uma pista do potencial do assunto dentro do meio acadêmico, sem contar todo o panorama não explorado dentro do próprio período analisado aqui. Longe de ser um dado desanimador, achamos que é, antes, um estímulo intenso para que possamos nos debruçar uma vez mais neste assunto, e compreender a profundidade do impacto destes movimentos migratórios

dentro da região amazônica, e de nosso país como um todo. E a partri dessa compreensão, é possível vislumbrar uma sociedade que respeite op o Outro á sua frente, sem precisar diminuí-lo ou coisificá-lo: simplesmente, aceitar um grupo diferente tal qual ele é.

BIBLIOGRAFIA

Arigatô. Belém: Secretaria de Estado da Cultura, 1995, p. s/nº.

ANDRADE, Rômulo de Paula. *Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta": Getúlio Vargas e a revista "Cultura Política" redescobrem a Amazônia (1940-1941)*. IN: *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.*, Ago 2010, vol.5, no.2, p.453-468. ISSN 1981-8122

ARENDT, Hannah. *O que é Política?* 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002;

ASCOLI, Nestor. *A Imigração Japonesa para a Baixada do Estado do Rio de Janeiro*. Edição da "Revista de Língua portuguesa", Rio de Janeiro, 1924.

BARROS FILHO, Clóvis de. *Ética na Comunicação: da informação ao receptor*. São Paulo, Moderna, 2001

BATH, Sérgio. *Japão ontem e hoje*. São Paulo: Ática, 1993.

BECKER, B., *Geopolítica da Amazônia. A Nova Fronteira de Recursos*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982. 233 p.

BENEDICT, Ruth. *O Crisântemo e a Espada*. 3ª Edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002

BETHLEM, Hugo. *O Vale do Itajaí: Jornadas de civismo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.

BURKE, Peter. *Variedades de História Cultural*. São Paulo- Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

BRISTIQUEI YABIKU, Patrícia Helena; e FERREIRA SALLES, Leila Maria .
A Questão da Diferença: um estudo com imigrantes japoneses e seus descendentes . IN: EDUCAÇÃO: Teoria e Prática - v. 17, n.29, jul.-dez.-2007, p. 139-158.

BRITO, Fausto. *As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes*. - Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009

BRUMES, Karla Rosário. *Estudos sobre Migrações: Desafios, Diversidades e Evoluções*. In: *Leopoldianum*, Revista. ISSN: 0101-9635. v. 39, n. 107-9. Santa Catarina: Universidade Católica

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História no Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARVALHO, J.E.C. . *Imaginário e representações sociais*. Revista de Ciências Humanas (Florianópolis) , Florianópolis: EDUFSC, p. 25-33, 2002.

CASTORIADIS, Cornélius. *A instituição imaginária da sociedade*. São Paulo, Paz e Terra, 1982. 418 p.

CASTRO, Fernando Moreira de. *50 anos de imigração japonesa na*

Amazônia. Belém, 1979, s.ed.

CHANG, Gordon (2002). *Asian Americans and Politics: some perspectives from History*. IN: *Asian American and Politics: Experiences, Prospects*. Stanford University Press, 2000, pgs 13-38

DA CUNHA, Manoel Alexandre Ferreira; NETO, Francisco Rodrigues da Silva. *Migração e formação de identidade: o caso "japonês" no Pará-BR..* Trabalho apresentado no 2ª Seminário Internacional - Educação Intercultural, Gênero e Movimentos Sociais: Identidade, Diferença e Mediações

D"ARAÚJO, Maria Celina. (1992), *Amazônia e Desenvolvimento à Luz das Políticas Governamentais: A Experiência dos Anos 50*. IN: *Revista Brasileira de Ciências Sociais, Ano 7, nº-19, pp. 40-55*.

DOS SANTOS, Elielson Aguiar. *Imigrantes japoneses e a organização da cooperativa agrícola mista de Tomé-Açu*. Monografia (graduação)

DEZEM, Rogério. *Matizes do "amarelo": A gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil: (1878-1908)*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

EYSENCK, H. J. *Usos e Abusos da Psicologia*. 5ª. ed. São Paulo: IBRASA ,1978

FAIRCLOUGH, Norman; MELO, Iran Ferreira de. *Análise Crítica do Discurso como método em pesquisa social científica*. IN: *Linha D'Água*, São Paulo, v. 25, n. 2, p

FARIAS PONTES, Carlos José de. *A guerra no inferno verde: segundo ciclo da borracha, o front da amazônia e os soldados da borracha*. In: *South american journal of basic education, technical and technological* , v. 2, p. 56-67, 2015.

FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América – A imigração em massa para a América Latina*. 2ª Edição. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2000

FERREIRA, João Carlos Vicente. *O Pará e seus municípios*. Belém: Buriti; Rede Celpa, 2003

FERREIRA REIS, Arthur Cezar. *As sociedades amazônicas: formação e peculiaridades*. IN: *Síntese Revista de Filosofia*, v2, n05 (1960)

FOEGER, A. ; Dadalto, M.C. . *Imigrantes japoneses no espírito santo e a mídia capixaba*. In: *Iniciacom* , 2010.

GONÇALVES, Eduardo Batista. *O Complot Amarelo: Representações do Imigrante Japonês na Imprensa Paraense 1938-1945*. 2000. Monografia (Graduação em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará. Belém, 2000.

HANDA, Tomoo. *O imigrante japonês: História de sua vida no Brasil*. T.A. Queiroz, Editor, Jan 1, 1987 - Alien labor - 828 pages.

HIRASAKI, César. *Pequena Londres*. IN: *Made in Japan*, Nº 116, Ano 10, 2007

HOBBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 29-61;

HOMMA, Alfredo. *A Imigração japonesa na Amazônia: sua contribuição ao movimento agrícola*. 1. ed. Belém, Pará: Embrapa Amazônia Oriental, FIEPA, 2007. v. 1. 217p .

_____. *A Extração de Recursos Naturais Renováveis: o Caso do Extrativismo Vegetal na Amazônia*. Tese Doutorado –Viçosa, UFV, 1989. 575p

_____. *Os japoneses na Amazônia e sua contribuição ao desenvolvimento agrícola*. Revista Somanlu, 9 (2009), pp. 113-133

HOMSON, Alistair. *Histórias (co) movedoras: História oral e estudos de migração*. Rev. Bras. Hist. [online]. 2002, vol.22, n.44, pp.341-364.

ISHIZU, Tatsuo. *Imigração e ocupação na fronteira do Tapajós: os japoneses em Monte Alegre - 1926-1962*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2007.

KLEIN, Herbert S. "Migração internacional na história das Américas". In : FAUSTO, Boris (org). *Fazer a América*. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2000.

KUWAE, L. H. Y. *Cem anos de imigração japonesa: a construção midiática da identidade do imigrante japonês*. 361 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013

LAPUENTE, Rafael Saraiva . *O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos*. In: *10º Encontro da Rede Alfredo de Carvalho (ALCAR)*, 2015, Porto Alegre. *10º Encontro Nacional de História da Mídia (ALCAR)*, 2015.

LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. Trad. Patrícia de Queiroz C. Zimbres. São Paulo: Editora da UNESP, 2001, 344 p.

LUCA, Tânia Regina de. *Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MARQUES, Gilberto S. *REVISTA Soc. Bras. Economia Política*, São Paulo, nº 34, p. 163-198, fevereiro 2013

MARQUES, Santana. O povo pede vingançaI. IN: O Estado do Pará, 18/08/1942

MACIEL, G.G. Reflitamos e sejamos justos. IN: Folha Vespertina, em 19/08/1942

MARUOKA, Yoshio. *70 Anos de Imigração Japonesa para a Amazônia*. Belém: Topan- Press, 1999. Associação Pan-Amazônica nipo-brasileira.

MEIRA, F. B. . *Castoriadis (o Instituinte) e a Instituição*. In: XXXIV Encontro da ANPAD (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração), 2010, Rio de Janeiro. Anais do XXXIV Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração, 2010.

MENEZES NETO, Geraldo Magela de . *Imigração, Cultura e Identidade: A imagem do imigrante Japonês no Pará (1929 – 1945)*.

MORAIS, Fernando. *Corações Sujos: a História da Shindo Renmei*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Pgs 37 – 38

MOTOYAMA, Shozo. *Do Conflito à Integração: uma história da imigração japonesa: Volume II (1941-2008)*/ Shozo Motoyama, Jorge J. Okubaro, 1º Ed, São Paulo, 2016.

MOUNTIAN, Ilana ; ROSA, Miriam Debieux . *O outro: análise crítica de discursos sobre imigração e gênero*. IN: *Revista Psicologia USP*, 2015 volume 26 , número 2, pg 152-160

NAGAI, Akira. *Um Nikkei na terra dos Tembés*. Belém: Alves, 2002, p 11.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha. "Brasil e Japão interligados pelo movimento imigratório". In: *Relações de Gênero e Diversidades Culturais nas Américas*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: EDUSP, 1999 (América: raízes e trajetórias; v. 9)

NUCCI, Priscila. *Os intelectuais diante do racismo antinipônico no Brasil: Textos e silêncios*. [dissertação de mestrado em história]. Unicamp. Campinas: 2000

ODA, Ernani. *Interpretações da "cultura japonesa" e seus reflexos no Brasil*. *Rev. bras. Ci. Soc.*, Fev 2011, vol.26, no.75, p.103-117. ISSN 0102-6909

OHASHI, Paulo Toshio. *Cruzeiro do Sul cintila no céu com luz da verdade*. Edição comemorativa de 73 anos do autor.

KORNIS, Mônica de Almeida. *O Brasil de JK: Sociedade e cultura nos anos 1950*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Sociedade/Anos1950>, acesso em: 05/06/2018

PARDO ABRIL, N. *Como hacer análisis crítico del discurso. Una perspectiva latinoamericana*. Santiago: Frasis, 2007

PERAZZO, Priscila. *Prisioneiros de guerra: os cidadãos do Eixo nos campos de concentração brasileiros (1942-1945)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), para obtenção de título de Doutor em História. São Paulo, 2002

PEREIRA, João Baptista Borges . *Os Imigrantes na Construção Histórica da Pluralidade Étnica Brasileira*, in *Revista USP*, nº 46. São Paulo, 2000, pp. 6-29

PIEDRAS, E. R. . *Publicidade, Representação e Identidade: a*

cultura brasileira na estratégia das Havaianas. Ecos revista, Pelotas, RS, Brasil, v. 8, n. 1, 2004.

PRIS, Gwyn. *História Oral*. IN: BURKE, Peter (Org). *A escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992

QUINTANEIRO, Tânia. *Plantando nos campos do inimigo: Japoneses no Brasil na Segunda Guerra Mundial*. In: Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, v. XXXII, nº 2, p. 155- 169, dezembro 2006

ROCQUE, Carlos. *Magalhães Barata: O homem, a lenda, o político*. v.1 Pará: Secult, 1999.

RODRIGUES, Eliene Jaques. *Banidos da cidade e unidos na condição: Cidade Nova, espelho de segregação social em Belém*. Belém: UFPA/NAEA, 1998.

SARGES, M. de N. Belém: Riquezas produzindo a Belle-époque (1870-1912). Belém, Paka-Tatu, 2002.

SAITO, Hiroshi/MAEYAMA, Takashi. *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes/Edusp, 1973 (Estudos Brasileiros IV).

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração, ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998

SAKURAI, Célia. *Imigração japonesa para o Brasil - um exemplo de imigração tutelada (1909-1941)*. IN: XXII Encontro Nacional da ANPOCS. GT 9 MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS. Outubro 1998 Caxambu-MG

_____. *Imigração tutelada: os japoneses no Brasil*. Tese de doutorado apresentada ao departamento de antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas na Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

SCHMIDT, Jean-Claude. "A História dos marginais". IN: LE GOFF, Jacques(Org). *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

SEIXAS, Netília Silva dos Anjos ; BRÍGIDA, Jessé Andrade Santa; NUNES, Cleonice Viana; SILVA, Camille Nascimento da. *Jornal Folha do Norte e suas publicações sobre a Amazônia, o Pará e a cidade de Belém*. In: *Encontro nacional de história da mídia*, 9, 2013, ouro preto, mg. Anais... São Paulo: ALCAR, 2013, p. 1-.11. Disponível em: . Acesso em: 03 abril. 2018.

SEYFERTH, Giralda. *A assimilação dos imigrantes como questão nacional*. In: MANA, v. 3, nº 1, Rio de Janeiro, 1997.

SILVA NETO, Francisco Rodrigues da. *A formação da identidade nikkei no Pará-Brasil*. Monografia (graduação) – Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Belém, 2003.

_____. *Os japoneses no Pará: um estudo sobre a construção de identidades*. Dissertação apresentada para obtenção do grau de mestre em Ciências Sociais, 2007.

SILVA, Orlando Sampaio. *O japonês em Santa Isabel do Pará*. IN: CERU – Centro de Estudos Rurais e urbanos, Série Cadernos, nº 11 – 1ª série, setembro de 1978.

SILVEIRA, Luciana. *A saga dos imigrantes*. Revista 100 anos da imigração japonesa. São Paulo: Editora Abril, 2008

SOUZA JÚNIOR, José Alves de. *Mundo contemporâneo: da expansão imperialista à derrocada do socialismo no leste Europeu*. 2ª edição revista e ampliada. Belém: Editora Paka-Tatu, 2002.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado – História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

TSUTSUMI, Gota citado por SILVA NETO, Francisco Rodrigues da. *Os japoneses no Pará: um estudo sobre a construção de identidades*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2007.

VALLE, Hardalla Santos do; ARRIADA, Eduardo.; CLARO, Lisiane Costa. *A utilização de fontes no ensino de história: a imprensa na construção do conhecimento*. Revista Momento, Rio Grande, 20 (1): 59-72, 2010.

VARGAS, Raul Osório. *A busca permanente das outras vozes*. Disponível em <http://www.usp.br/jorusp/arquivo/2002/jusp600/pag06.htm>. Acessado em 19/10/2014.

WODAK.Ruth. *Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos*. In: Revista Linguagem em (Dis)curso, LemD, Tubarão, v. 4, n.esp, p. 223-243, 2004

WOORTMAN, Ellen. *Japoneses no Brasil/ brasileiros no Japão: tradição e modernidade*. Revista de Antropologia (USP), São Paulo, v. 38, n. 2, p. 7-36, 1996.